

**V FEIMAR**  
Estandes  
já estão à venda

# ACIM

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ

SETEMBRO/92

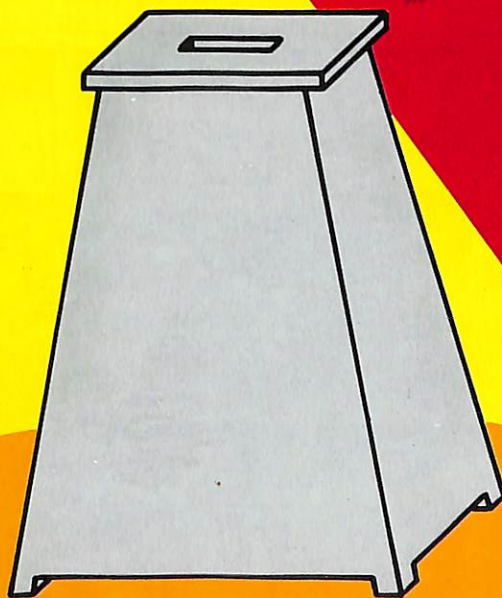
Nº 325

ANO 29

PORTE PAGO  
DR/PR  
ISR - 4B - 0708/88

050  
R454  
N-325-ano-29-1992

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS



## A HORA DA DECISÃO

**ACIM**

Clas. 050

R.454

Reg. 0263

Data 22-04-05

Proced.

NF

R\$ Data



# DEPÓSITO BR-369

A CASA DA SUA CONSTRUÇÃO

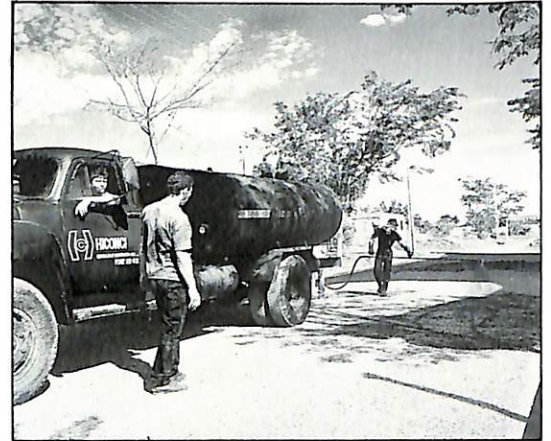
MARINGÁ

RUA ESTADOS UNIDOS, 645 - CX. P. 1.286  
FONE: (0442)28-6655-FAX:28-7678-TLX:009  
CEP: 87.040 - M A R I N G Á - P A R A N Á

FILIAL

RODOVIA BR-158, Nº 4.100  
TELEFAX (0448) 23-4554 - TELEX: 442-009  
CEP: 87.300 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ

Novo horário de atendimento: De 2ª à 6ª Feira das 08 às 20 horas; Aos sábados das 08 às 16 horas



## Um nome sólido, construído com qualidade e competência.

CONSTRUÇÃO CIVIL  
SANEAMENTO  
PAVIMENTAÇÃO  
TERRAPLENAGEM

18  
anos



Fone: 22-6384 - Maringá

UMA ENTIDADE EM DEFESA DA LIVRE INICIATIVA

# A hora do voto

As eleições municipais se aproximam. É hora de conhecer cada candidato para votar em quem poderá fazer o melhor por Maringá. O momento delicado que vive o país impõe uma importância ainda maior ao voto, instrumento de participação e decisão do brasileiro. Mais do que nunca o voto consciente

é importante para acabar de vez com os vícios da política brasileira. E só a partir de cidade fortes, bem administradas, o Brasil poderá caminhar para o desenvolvimento e abandonar as velhas práticas políticas.

Nesta edição a Revista ACIM traz como reportagem de capa um perfil dos candidatos à prefeitura de Maringá. Conheça os planos de



sobre a reforma tributária.

O momento nacional é de muita instabilidade na área política, o que se reflete na economia. Este quadro está desencadeando um processo de transformações irreversíveis no Brasil. Este foi o tema do VII Congresso Nacional de Associações Comerciais, que

reuniu mais de 300 empresários de todo o Brasil em Blumenau no mês passado. Estiveram presentes conferencistas de renome, que trataram de assuntos como a reforma constitucional, as denúncias de corrupção e a participação do empresariado nas mudanças que estão acontecendo. Nesta edição, a cobertura do Congresso.

governo e as propostas de cada um deles, principalmente nas áreas de atuação da classe empresarial. Leia também nesta edição uma entrevista com o juiz federal Edgard Lippmann. Ele fala sobre a constitucionalidade das leis tributárias e dos limites impostos pela Constituição para a criação de novos tributos. Conheça a opinião do juiz

reuniu mais de 300 empresários de todo o Brasil em Blumenau no mês passado. Estiveram presentes conferencistas de renome, que trataram de assuntos como a reforma constitucional, as denúncias de corrupção e a participação do empresariado nas mudanças que estão acontecendo. Nesta edição, a cobertura do Congresso.



Fernando Raimundo é o Comerciante do Ano  
pág. 24



Associações Comerciais se reúnem em Blumenau  
pág. 28

**LUKAS****04****ENTREVISTA****05****CAPA****07****V FEIMAR****13****CADERNO TÉCNICO****15****TRANSPORTADORAS****26****FACIP****30****ARTIGO****32****MEU NEGÓCIO****33****PENSO ASSIM****34**

# ACIM

A REVISTA DE NEGÓCIOS DO NORTE DO PARANÁ  
Publicação Mensal da

Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM

DIRETOR RESPONSÁVEL

Luiz Carlos Masson

EDITOR RESPONSÁVEL

Regina Daefiol - MT-2538-PR

REPORTAGEM E FOTOS

Cláudio Galleti

PUBLICIDADE

Claudomiro Venâncio

CIRCULAÇÃO

Vera Regina de Paula e Silva

PRODUÇÃO GRÁFICA E

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Editora Organsil - Fone: (0442) 24-9365

IMPRESSÃO: Gráfica Boaventura

Circulação na primeira quinzena de cada mês.

A Revista ACIM não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas. Cartas para a Assessoria de Comunicação Social da ACIM:

Rua Né Alves Martins, 2321

Fone: (0442) 26-1331 - Fax: (0442) 23-5007

S.P.C. (0442) 26-2299 - Telex (442) 168 - C.P. 1033

Maringá - Paraná

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ - ACIM

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Massao Tsukada

1º Vice-Presidente: Valdecir de Brito

2º Vice-Presidente: Jefferson Nogaroli

Vice-Presidente p/ Ass. do Comércio: Shinitii Ueta

Vice-Presidente para Assuntos da Indústria:

Fernando José de Faria Ferraz

Vice-Presidente para Assuntos de Serviços:

Gilson Odair Barbiero

Diretor de Finanças: Sabas Martins Fernandes

Diretor de Patrimônio: Hélio Costa Curta

Diretor de Eventos e Promoções:

Fernando Vieira Raimundo

Diretor de Assuntos Comunitários:

Pedro Granado Martines

Diretor do Descon: Moacir Somággio

Diretor p/ Assuntos de Informações Cadastrais:

Euriko Ikuta

Diretor da Revista ACIM: Luiz Carlos Masson

Diretora de Relações Públicas:

Noemi de Oliveira Seravalli

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Fernando Henriques

Secretário: Paulo Moraes Badán

MEMBROS:

Agenor Maia, Antonio J. R. Silvestre Ferreira, Euclides Sordi, Francisco Favoto, Francisco Feio Ribeiro, Futoshi Matsuda, Heitor Bolela Júnior, João Noma, José Gomes Ferreira, Miguel Fuentes Sala, Milton Massar Morita, Reginaldo Nunes Ferreira, Simão Hirata, Tutomo Sato.

MEMBROS NATOS:

Alcides Siqueira Gomes, Alvaro Miranda Fernandes, Carlos Mamoru Ajita, Emilio Germani, Ermelindo Bolfer, Joaquim Dutra, Manoel Mário de Araújo Pismo, Raymundo do Prado Vermelho, Sidnei Meneguetti, Ubirajara de Araújo Pismo.

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA

Presidente: Maria Alice Pinatti

Vice-Presidente: Maria José M. Duarte

2º Vice-Presidente: Solange Aparecida de Paula

Secretária: Roseli P. de Lima Bastos

2º Secretária: Fátima Aparecida O. Ferreira

Tesoureira: Maria Aparecida Bekner Silva

2º Tesoureira: Sônia Maria Uliana.

DIRETORAS ADJUNTAS

Maria Inês Ajita Picironi e Maria C. Lima Dias

CONSELHO DO

JOVEM EMPRESÁRIO MARINGAENSE

Presidente: Olga Elizabeth Molcyrinho

Vice-Presidente: Marco Xavier G. de Mendonça

1º Diretor Adjunto: Cláudio Adilson Rossi

2º Diretor Adjunto: Galileu Limonta Maia

2º Secretário: Edson Aparecido Vido

1º Tesoureiro: José Fernando Alves Henriques

2º Tesoureiro: José Rubens Abrão

ASSESSOR DE DIRETORIA

Carlos Roberto Previdelli

GERENTE-ADMINISTRATIVO

César Augusto Galli

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Élcia Valentini do Nascimento

Filiada à

ABERJE

Associação Brasileira de

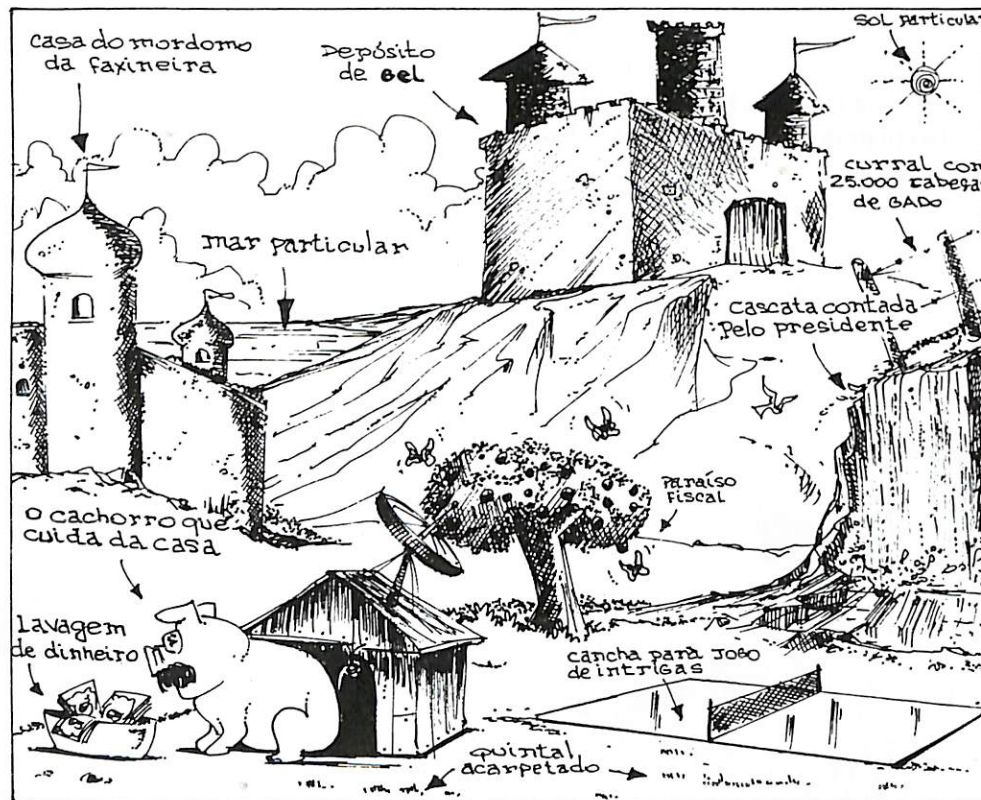
Comunicação Empresarial



# LUKAS...



## Exclusivo: O jardim da Dinda



# O limite da lei

*"O brasileiro ainda não tem consciência do poder da cidadania que a Constituição lhe assegura". Esta é a opinião do juiz federal Edgard Antonio Lippmann Junior, da 6ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, que esteve recentemente em Maringá e concedeu entrevista à Revista ACIM. Ele argumenta que o brasileiro ainda desconhece muitos dos dispositivos legais assegurados pela Constituição, especialmente no que se refere à legislação tributária. A Constituição de 88 deu ao cidadão comum maior liberdade de ação na justiça para questionar a constitucionalidade de certos tributos. E de forma mais rápida.*

*Dispositivos especiais, como a ação direta de inconstitucionalidade, só não são mais utilizados, segundo avaliação do juiz, por desconhecimento. Mesmo assim, a cada dia cresce o número de ações, individuais ou coletivas, contra a cobrança de alguns tributos no país. Para o juiz Edgard Lippmann, este comportamento é resultado da "voracidade em arrecadar" do Estado brasileiro, inchado e que gasta mais do que ganha*

**ACIM:** Hoje a legislação brasileira está totalmente distorcida e é uma das mais injustas e perversas do mundo. Onde começou toda esta distorção?

**EDGARD LIPPMANN:** Isso não é de agora. Desde o momento em que o Estado, para a satisfação de suas necessidades, precisou arrecadar, surgiu o conflito. Como o Estado gasta desordenadamente, a consequência foi uma proliferação de impostos. Existem princípios constitucionais que limitam a carga tributária. Mas muitos destes princípios ainda dependem de regulamentação. Hoje a realidade do país é que temos um número exagerado de tributos. Teoricamente não existe uma solução que resolva definitivamente a situação para contribuintes e Estado. A



*Lippmann: "O brasileiro desconhece os direitos que a Constituição lhe garante"*

receita tributária é onde o Estado tem mais facilidade de captar recursos. O fundamental é que haja maior preocupação com a eleição dos legisladores. Não é o juiz quem edita as leis. Cabe ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo maior critério com relação à edição dos textos legais. E, como todo poder emana do povo, se ele quiser, pode resolver esta situação.

**ACIM:** Mas, apesar de a Constituição impor limites, eles não são respeitados. Tanto que hoje temos um número enorme de ações na justiça, questionando a constitucionalidade de certos tributos. O senhor acredita que isso trará alguma mudança nas leis tributárias?

**EDGARD LIPPMANN:** Este assunto precisa ser analisado sob duas óticas. Primeiro, sob o ponto de vista mais formal – e aí entramos na área do Judiciário – e sob o ponto de vista macroeconômico, em que caberia aos economistas e financistas redimensionar os gastos do governo. Toda lei criada e que esteja colidindo com as normas constitucionais, logicamente está sujeita à reavaliação pelo Judiciário.

**ACIM:** E isso depende de que cada cidadão que se sinta lesado entre com um processo...

**EDGARD LIPPMANN:** Nada impede que o cidadão que se sinta prejudicado venha a questionar a constitucionalidade do tributo. Mas esta é uma medida isolada, onerosa e que acaba acarretando o entrave do Judiciário, em virtude do seu total desaparelhamento, que é consequência do des-caso do próprio Estado. A nova Constituição criou o mandado de segurança coletivo, que é competência do juiz singular. Além das ações coletivas, existe outra alternativa, a ação direta de inconstitucionalidade. O Procurador Geral da República, o presidente da

OAB, presidentes de partidos políticos e outros representantes da sociedade civil podem entrar com este tipo de ação. A Constituição de 88 trouxe esta mudança, porque até então somente o Procurador da República tinha competência e legitimidade para decretar a instauração deste tipo de ação. Sua eficácia é muito grande, porque, caso seja julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal e o autor venha ganhar a causa, a lei considerada inconstitucional imediatamente desaparece do mundo jurídico. Esta é a alternativa que eu indicaria, sob o ponto de vista jurídico, como a mais rápida e eficaz.

**ACIM:** Este tipo de ação é frequente hoje?

**EDGARD LIPPMANN:** Com a nova Constituição, até pela novidade do fato, era esperado um questionamento mais constante. O número de ações diretas de inconstitucionalidade, infelizmente, está abaixo das expectativas. As hipóteses para explicar isso são muitas. Eu acredito que o maior entrave é a falta de conhecimento da eficácia desta medida. Infelizmente o povo brasileiro ainda não está consciente do poder da cidadania que a Constituição lhe assegura.

**ACIM:** Então, a Constituição de 88 trouxe muitos benefícios para o contribuinte?

**EDGARD LIPPMANN:** Sem dúvida. Na área tributária, a Constituição de 88 acabou com a figura do famigerado decreto-lei. Mas ainda hoje há muitos processos tramitando que questionam tributos que eram instituídos ou aumentados por decreto-lei. O decreto-lei é baixado pelo Executivo. Partindo-se da teoria da tripartição de poderes, cada um tem uma finalidade específica: o Poder Legislativo, de legislar; o Poder Executivo, de executar; e o Poder Judiciário, de dizer o direito na hipótese de uma infringência. Mas, então, por que nossas autoridades ignoravam e muitas vezes de propósito, este princípio elementar do direito constitucional? Porque havia total desatenção e descrédito do cidadão perante estas violações. Do ponto de vista tributário, a extinção do decreto-lei foi um grande avanço.

**ACIM:** Na sua opinião, como seria uma reforma tributária ideal para o país?

**EDGARD LIPPMANN:** Como cidadão,



**“Quando o sistema tributário é opressor, acaba levando o contribuinte a procurar alternativas para deixar de pagar o imposto”**

acredito que uma das alternativas seria reunir os especialistas – e nós temos grandes tributaristas, pessoas acima de qualquer facção política e ideológica –

com os integrantes do Executivo para discutir uma pauta de itens para uma reforma que promova a cobrança justa dos impostos. Claro que isso traria uma polêmica muito grande. Veja o caso do imposto único. Ao mesmo tempo em que é defendido por uma parcela considerável do empresariado, grande parte de nossos doutrinadores é contrária a este imposto. Isso porque o imposto único violaria o princípio constitucional da capacidade contributiva. Este princípio estabelece que cada cidadão deve pagar o tributo no limite de suas possibilidades. E o imposto único faria uma abstração completa da capacidade de cada cidadão, porque é devido tanto pelo cidadão que mora na favela, como pelo alto executivo.

**ACIM:** Então o senhor não considera o imposto único uma boa proposta para o Brasil?

**EDGARD LIPPMANN:** Eu acredito que não, no estágio em que se encontra nosso sistema tributário. Continuo defendendo a proposta em que nossos tributaristas e membros do Executivo deveriam se reunir, propondo uma emenda constitucional, para que houvesse uma reformulação do sistema tributário.

**ACIM:** Se houvesse esta alteração e a emenda à Constituição, o imposto único poderia funcionar? Seu mecanismo de cobrança e distribuição é bom, em sua opinião?

**EDGARD LIPPMANN:** Sem dúvida, ele é uma alternativa. Nós temos um sistema tributário tremendamente injusto, e todo mundo sabe disso. E quem suporta esta carga tributária é o empresariado e o assalariado. E o assalariado está em grande desvantagem porque não pode sonegar, já que o imposto vem descontado na fonte. E com todas as denúncias de corrupção que assolaram o país, estamos vendo pessoas de mais alto quilate, empresários de notória reputação, admitindo publicamente que sonegam. Isso é consequência natural daquele conflito entre Estado e contribuinte, da voracidade arrecadadora. Esta é uma fuga inevitável para o empresário. E as pessoas, estão certas ou erradas? Fica a questão. Quando o sistema tributário é opressor, acaba levando o contribuinte a procurar alternativas para deixar de pagar o imposto.

Beba

**Coca-Cola**  
**Coke**

MARCAS REG

**RIO PRETO REFRIGERANTES S/A**

Rod. BR - 376 - Km 131 - Dist. Industrial - CEP 87.001-970 - Tel: (0442) 24-3441  
Serviço de Atendimento ao Consumidor: Gratuito - (9-021-800-1552)



CAPA

# A hora da decisão

*A Revista ACIM traz nesta edição um perfil dos candidatos à prefeitura de Maringá. Cada um mostra seu plano de governo e o trabalho que pretende desenvolver à frente do Executivo Municipal*

As eleições municipais se aproximam e com elas a hora da decisão. E, num momento tão delicado de crise política e de instabilidade que o país atravessa, o voto assume uma importância ainda maior na vida do cidadão. É através dele que cada brasileiro pode participar e, principalmente, decidir sobre os rumos de sua cidade.

E o voto consciente só é possível a partir do conhecimento de cada um dos candidatos. Este conhecimento precisa ir muito além das propostas de governo de cada um, sem dúvida uma questão de importância fundamental. É preciso conhecer e analisar também a conduta moral e ética de cada um deles. Afinal, o Brasil está repleto de exemplos de candidatos que colocam a moralidade pública e a ética na administração

como pilar do discurso político e depois, na prática, fazem exatamente o contrário.

A classe empresarial tem um papel importante neste momento decisivo. E mais ainda quando o que está em jogo é o futuro de sua cidade, da comunidade em que sua empresa está inserida. É a partir de cidades bem administradas, fortes econômica e politicamente que será possível a construção de um Brasil também forte e do qual todo brasileiro possa sentir orgulho.

Por todos estes motivos, a **Revista ACIM** traz nesta edição um breve perfil de cada um dos candidatos à prefeitura de Maringá. Cada um dos 8 candidatos foi ouvido pela reportagem e respondeu a perguntas direcionadas a assuntos específicos da área empresarial,

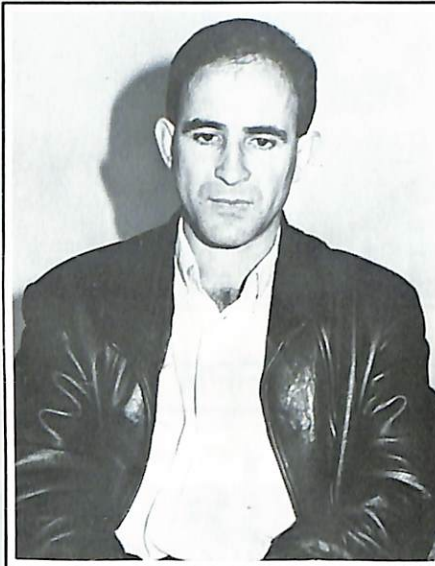
mostrando seu plano de governo. Com este trabalho, a Associação Comercial e Industrial quer cumprir seu papel de esclarecer, fomentar o debate e, principalmente, participar do processo político de sua comunidade.

Os assuntos foram divididos em tópicos e os candidatos mostraram seus planos para cada área. Estes são os candidatos que concorrem à prefeitura de Maringá: Joel Coimbra, coligação Frente Maringaense (PDT, PST, PC do B e PPS); Miro Falkemback, coligação Maringá no Rumo Certo (PFL, PRN e PSC); Said Ferreira, coligação PMDB, PRT e PDS; Walber Guimarães Junior, PSDB; Marco Rocha Loures, PL; Aníbal Moura, PT; Odílio Balbinotti, coligação Avante Maringá (PDC, PMN e PTB); e Assendino Santana, PRP.

# Plano de Governo

*As questões prioritárias no plano de governo de cada um dos candidatos*

**Joel Coimbra** – Pretendo apresentar propostas que traduzam a aspiração da sociedade, baseadas no trabalho, na seriedade e na justiça. Dentro destas propostas quero priorizar o desenvolvimento econômico de Maringá.



**Joel Coimbra tem 43 anos, nasceu em Muriaé, Minas Gerais, e é Promotor Público. Há 2 anos assumiu a Promotoria Especial de Defesa do Consumidor em Maringá e é a primeira vez que concorre a cargo eletivo. Joel é casado, tem 3 filhos e seu vice é Antonio Cosme Rosa**

**Miro Falkembach** – A prioridade de minha administração será a criança. Depois vêm a geração de empregos, a segurança, a saúde, a educação, a ação social e a habitação.

**Said Ferreira** – A conquista da cidadania por cada maringense deve vir em primeiro lugar. A conquista da cidadania significa dar condições de o cidadão ter em sua comunidade direito ao emprego, à educação, saúde, à habitação, à segurança e, sobretudo, direito ao respeito e à dignidade.

**Walber Guimarães Jr.** – A geração de empregos será minha primeira preocupação. Por este motivo, o projeto para a indústria e o comércio será prioridade. Se não tivermos empresas fortes, não teremos

salários bons e novos empregos. **Marco Rocha Loures** – Um dos grandes problemas de Maringá é o desemprego. Então, minha prioridade será a promoção da industrialização para que novos empregos possam ser gerados.

**Aníbal Moura** – Austeridade na administração do dinheiro público. Pretendo utilizar o dinheiro público para a cidade como um todo, e não para atender apenas alguns setores.

**Odílio Balbinotti** – Minha administração vai priorizar a geração de empregos. Para isso será criada a Secretaria Extraordinária de Fomento ao Emprego, que vai atender novos empresários e dar assessoria de projetos aos já estabelecidos.

**Assendino Santana** – Prioridade para a saúde. Maringá será dividida em 6 regiões, onde serão construídos mini-hospitais anexos à estrutura dos postos de saúde já existentes. Melhorar a remuneração para o pessoal da saúde também será prioridade.

## Política Industrial

*Maringá não tem recebido indústrias nos últimos 4 anos. Os candidatos explicam de que forma pretendem reverter esta situação e os incentivos que darão para o setor*

**Joel Coimbra** – Em primeiro lugar, é necessária uma reformulação tributária no município, com redução dos tributos, e a criação de programas de incentivo às indústrias. Este incentivo deve priorizar as indústrias que utilizem matéria-prima da região. Pretendo desenvolver uma pesquisa para avaliar o parque industrial instalado, para depois trazer novas indústrias que possam se somar às já existentes. Além disso, vamos incentivar a formação de um pólo industrial no Contorno Sul.

**Miro Falkembach** – A administração passada levantou as potencialidades do município, num plano estratégico de desenvolvimento, para posterior atração de novas indústrias. Foi criada a infraestrutura, com a retirada do pátio de manobras da Rede Ferroviária do centro e a construção do Pavilhão de Exposições. Minha administração dará incentivos fiscais para o desenvolvimento das indústrias já existentes e para as que aqui se instalarem. Além disso será desenvolvido o



# DEVILLE

## MARINGÁ

- ALMOÇO EXECUTIVO
- JANTAR ROMÂNTICO COM PIANO
- DIXIE BAR  
DAS 18:00 ÀS 02:00 HORAS
- HAPPY HOUR  
DAS 18:00 ÀS 20:00 HORAS
- SAUNA  
DAS 17:00 ÀS 22:00 HORAS
- SEGUNDA LUA DE MEL PACOTE:  
WELCOME DRINK  
NO DIXIE BAR  
JANTAR À LUZ DE VELAS COM PIANO, NO RESTAURANTE, ("MENU" SUGESTÃO DO CHIEF)  
PERNOITE EM APARTAMENTO LUXO  
CAFÉ DA MANHÃ (INESQUECÍVEL) NO COFFEE SHOP, EM BUFFET.
- RESERVAS DE MESA RAMAL 7, COM DELFINO
- RESERVAS DE APARTAMENTO RAMAL 8, COM MARINA

Todas estas facilidades à disposição de pessoas de bom gosto de Maringá e Região.

### HOTÉIS

# Deville

Hospedagem em grande estilo  
Av. Herval, 26 – Fone: (0442) 26-1001  
Telex: (442) 211 – Fax: (0442) 26-1977  
MARINGÁ – PR



**Miro Falkembach tem 38 anos, é engenheiro civil e nasceu em Laranjeiras do Sul, Paraná. Foi secretário de Infra-Estrutura na administração Ricardo Barros. Miro é casado, tem 3 filhos e seu vice é Amauri Meneguetti**

**Marco Rocha Loures** – Maringá tem 18 distritos industriais, mas só os mais antigos estão com bom aproveitamento da capacidade. Isso dá condições de atrair novas indústrias, com a oferta de terrenos com pagamento facilitado e incentivos fiscais. A meta é atrair indústrias de pequeno e médio portes, não-poluentes. Através da UEM, pretendemos promover um estudo da vocação da cidade na área industrial para atrair novas indústrias. E, para as já existentes, o estímulo será a revisão dos impostos e taxas municipais.

**Aníbal Moura** – A única forma de viabilizar uma política de empregos para o município é injetar dinheiro para o fortalecimento das empresas. Por isso, uma das metas de nossa administração será a criação do Banco Municipal de Desenvolvimento, que fará financiamentos a juros menores para pequenos e médios empresários. Os recursos para este banco virão de uma economia em torno de 25% que pretendemos promover na administração do dinheiro da prefeitura. Com o desenvolvimento das empresas, conseguiremos gerar



**Said Ferreira é médico e nasceu em Dois Córregos, São Paulo. É empresário, foi prefeito de Maringá e deputado federal. Said é casado, tem 5 filhos e seu vice é Mario Hossokawa**

programa Renda da Família, possibilitando a compra de equipamentos para a prestação de serviços para as indústrias.

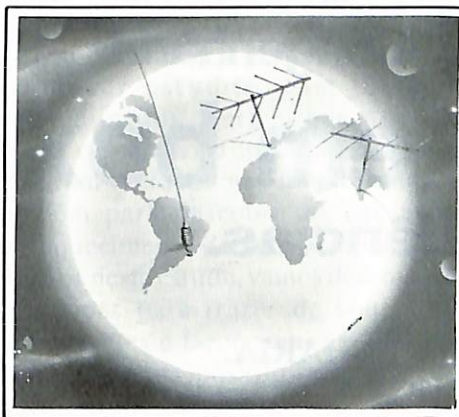
**Said Ferreira** – No projeto cidadania, a prioridade é reestabelecer as oportunidades de emprego em Maringá para toda a população da cidade e da região. Para isso, retomaremos a política de estímulo à industrialização, como foi feito na nossa Administração Comunitária, com a criação de novos parques industriais. O emprego é prioridade para que tenhamos desenvolvimento econômico, com equilíbrio social. Na Administração Comunitária criamos 14 pequenos parques industriais, triplicando a área industrial.

**Walber Guimarães Jr.** – Maringá necessita de estímulo ao crescimento das empresas já existentes e também à produção de matéria-prima. Em primeiro lugar é preciso apostar e investir no industrial maringaense, para depois atrair novas indústrias. A meta é dar condições para que o industrial maringaense cresça, através de programas de desenvolvimento tecnológico entre prefeitura, Sebrae, ACIM e UEM. A criação de um banco de projetos na prefeitura também está no nosso plano de governo, além da cessão e locação de terrenos e barracões industriais, para viabilizar a implantação das empresas. Pretendemos viabilizar também um calendário permanente para feiras de produtos industrializados.

novos empregos e melhorar a qualidade de vida da população.

**Odílio Balbinotti** – Pretendo construir

## O ALCANCE MUNDIAL DA QUALIDADE



As Antenas AQUÁRIO® são desenvolvidas e fabricadas dentro dos padrões da mais alta tecnologia, o que assegura aos usuários a melhor transmissão ou recepção.

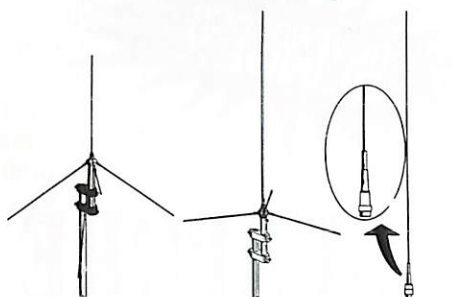
### ANTENAS PARA FAIXA CIDADÃO (PX)

- Marinox-CB: A verdadeira maria-mole com haste de aço inox, suporte universal, mola cromada à prova de vibrações.
- Direcional 3 e 4 elementos.
- Vertical Plano-Terra

### ANTENAS PARA TELEVISÃO

- Corner Reflector UIHF - (Boca de Jacaré)
- Espinha de Peixe
- Parabólica Max-Color T6 - Simples e Dupla

### ANTENAS VHF - LANÇAMENTO



ANTENA PLANO TERRA - 1/4 DE ONDA      ANTENA VERTICAL 5/8 DE ONDA      ANTENA MÓVEL 5/8 DE ONDA

Suportes p/ Calha, Porta-Mala e Magnético

ANTENAS  
**AQUÁRIO®**

O ALCANCE MUNDIAL DA QUALIDADE

AV. MAUÁ, 1502 - FONE: (0442) 22-6634  
MARINGÁ - PARANÁ



**Walber Guimarães Junior** tem 32 anos, é engenheiro civil e nasceu em São Luiz, Maranhão. É a primeira vez que concorre a cargo eletivo. Walber é casado, tem 1 filho e sua vice é Maria de Lourdes Meneguetti Seravalli

lham em fundo-de-quintal possam se instalar. Nestes berçários, os empresários terão um administrador, um contador e outros profissionais que darão todo o apoio. Nestes locais, o empresário receberá orientação sobre a produção, comercialização e administração das empresas, através destes profissionais. Desta forma o pequeno empresário poderá crescer. Além disso, faremos cobrança de impostos diferenciados ou até isentaremos os microempresários.

**Assendino Santana** - A geração de empregos deve estar em primeiro lugar. Por isso é importante o estímulo às indústrias já existentes e também à vinda de outras mais. O incentivo às indústrias de fundo-de-quintal também é importante. Por isso, pretendo criar uma secretaria especial para orientar e atender empresas que estejam em dificuldade, estudando até a possibilidade de isenção provisória de impostos. Temos



**Marco Rocha Loures** tem 41 anos, é médico e nasceu em Sertanópolis, Paraná. Foi vereador e Secretário de Saúde na administração Ricardo Barros. Rocha Loures é casado, tem 3 filhos e seu vice é Adilson Schiavoni

pavilhões, verdadeiros berçários, para que pequenos empresários que traba-

que preservar as empresas para poder gerar empregos.

que preservar as empresas para poder gerar empregos.

# Tudo em vidros para construção e engenharia. O melhor em box para residências.

- VIDROS CRISTAIS TEMPERADOS PARA ENGENHARIA.
- VIDROS PARA CONSTRUÇÃO.
- BOX EM ACRÍLICO.
- BOX BLINDEX.
- ESPELHOS.



## VIDRAÇARIA GUAPORÉ

Av. 19 de Dezembro, 569 - Fone: (0442) 24-2235  
FAX: (0442) 24-6557 - MARINGÁ - PARANÁ

## Política Comercial

*Nos últimos anos Maringá vem registrando queda no movimento comercial. Os candidatos explicam como pretendem estimular o setor*

**Joel Coimbra** - Pretendemos criar Centros Comerciais ou Feiras do Comércio, com uma tributação diferenciada, para estimular os empresários que hoje estão na informalidade. Com isso queremos apoiar os segmentos que não conseguiram se desenvolver na atual situação. Mas este trabalho será feito de forma especial e provisória, para que não se torne um estímulo à sonegação fiscal e à concorrência desleal.

**Miro Falkemback** - A meta é estimular a utilização de benefícios que já existem, como a liberação do horário de funcionamento do comércio. O empresário precisa investir, mesmo em épocas de crise, e uma forma de melhorar as vendas é aproveitar a liberação do horário. Além disso, é preciso criar feiras e exposições no Pavilhão Internacional. A prefeitura se responsabilizará por todo o

trabalho de divulgação necessário para atrair os consumidores da região. **Said Ferreira** – A criação de um Centro Comercial do Mercosul, localizado no Novo Centro, é um dos nossos objetivos. Assim, poderemos reestabelecer Maringá como pólo comercial, com a atração de empresários de países como Uruguai, Argentina. O Centro Comercial do Mercosul será um grande condomínio, um grande shopping atacadista e varejista, que atrairá a população de toda a região. Além disso, pretendemos amenizar a carga de impostos como o ISSQN, para atividades de prestação de serviços e profissionais liberais, dentro da reforma tributária que pretendemos promover com a aprovação Câmara.

**Walber Guimarães Jr.** – A grande novidade dos últimos dez anos são os shoppings centers. Nossa idéia é transformar Maringá num shopping regional, para resgatar sua condição de pólo varejista. Tudo isso será feito com a convocação dos empresários para criar, junto com a prefeitura, atrativos para o centro da cidade, incluindo sua revitalização. Pretendemos desenvolver um planejamento comercial a longo prazo para Maringá, oferecendo consultoria ao pequeno comerciante e aos que pretendem abrir um novo negócio. Em nossa administração a prefeitura dará muita força à ACIM. Através dela, os comerciantes vão definir suas idéias para que possamos executá-las.

**Marco Rocha Loures** – Vamos acentuar a condição de pólo regional de Maringá, num trabalho de parceria com os comerciantes, promovendo a diversificação e a divulgação do comércio. Pretendemos estimular a construção de shoppings, que atrairão compradores de toda a região. A reurbanização do centro antigo também é uma meta, para que ele não caia em decadência com a construção do Novo Centro. Esta reurbanização será discutida com as entidades representativas da cidade, e a prioridade será o pedestre, com a diminuição do fluxo de automóveis, muito verde e revitalização da avenida Brasil.

**Aníbal Moura** – O aquecimento do comércio depende diretamente do aumento do poder aquisitivo do consumidor, o que será obtido com o aquecimento da economia. A promoção de feiras e eventos que possam divulgar o comércio da cidade também é fundamental. E, além do mais, os próprios



**Aníbal Moura tem 42 anos, é biomédico, com doutorado em Fisiologia Humana pela USP, e nasceu no Rio de Janeiro. Leciona na Universidade de Maringá e é a primeira vez que concorre a cargo eletivo. Aníbal é casado, tem 2 filhos e seu vice é Jairo de Carvalho**

programas de habitação, saúde, educação que pretendemos desenvolver à frente da prefeitura vão aquecer o comércio. Vamos seguir a filosofia de aplicar em Maringá o dinheiro gerado em Maringá.

**Odílio Balbinotti** – Pretendemos promover estudos, com técnicos especializados, para saber por que muitas empresas do comércio atacadista deixaram a cidade nos últimos anos. E também para descobrir as causas do enfraquecimento do comércio varejista. A partir deste estudo, vamos desenvolver programas para trazer de volta estes comerciantes e fazer com que Maringá reconquiste sua posição de pólo. Para isso criaremos a Secretaria Extraordinária de Fomento ao Emprego.

**Assendino Santana** – O comerciante não tem sido tratado como merece. Nossa primeira providência na prefeitura será marcar uma audiência com o governador para ver o que pode ser feito para diminuir a carga para as empresas de taxas como água, luz, telefone. Outra será a revisão dos valores das taxas de localização. Um problema que atrapalha o comércio é a falta de vagas para estacionamento e a cobrança de taxas da Zona Verde. Pretendo mudar o sistema de cobrança, dando isenção de 1 ou 2

horas por carro. Lutaremos pela revisão dos aluguéis comerciais.

## Especialização de mão-de-obra

*Este é um problema enfrentado pela maioria das empresas. Os candidatos mostram seus planos em relação a esta questão*

**Joel Coimbra** – A atual estrutura de ensino não garante formação profissional. Por isso, pretendemos estimular a criação de escolas profissionalizantes. Além disso, promoveremos cursos especiais de formação profissional. A adoção de ônibus-oficinas, nos moldes dos existentes em Curitiba, será outra providência em nossa administração. Estes ônibus vão formar principalmente os menores carentes. Todos estes planos serão desenvolvidos em parceria com as empresas, que receberão incentivos para isso.

**Miro Falkemback** – Pretendo atrelar os cursos profissionalizantes ao ensino regular. E para completar o ciclo de profissionalização, será criado o Centro Municipal de Convívio e Experiência, onde os idosos poderão orientar os jovens que estão se profissionalizando, numa espécie de consultoria. Os idosos passarão sua experiência para quem está começando a se profissionalizar.

**Said Ferreira** – O primeiro passo será incentivar o ensino de 1º, 2º e 3º graus. Na área específica de formação de mão-de-obra, estamos já com todos os contatos acertados para trazer para Maringá uma escola do CEFET. Ela dará formação profissional para viabilizar a mão-de-obra para as empresas de Maringá. Nas visitas pela cidade, tenho percebido que os empresários têm uma necessidade muito grande de uma escola de alto nível para preparar seus profissionais. Hoje são eles próprios quem dão esta formação.

**Walber Guimarães Jr.** – A implantação de uma Escola Municipal Têxtil é uma de nossas metas. Os aposentados serão chamados a dar sua contribuição no Programa de Formação e Reciclagem de Mão-de-Obra. Este programa funcionará em parceria com o SESC, SESI e UEM, além dos sindicatos, utilizando os espaços físicos destas entidades e da prefeitura, e criando novos.



**Odílio Balbinotti tem 51 anos, e nasceu em Gaurama, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito por duas gestões e vereador de Barbosa Ferraz. Balbinotti é casado e tem 2 filhos. Seu vice é Hamilton Cardoso.**

órgãos como este, para a promoção de cursos de especialização de mão-de-obra para atender todos os setores de atividade. Os jovens serão os primeiros atendidos.

## IPTU e taxas

*Esta é uma questão que gera muita polêmica todos os anos. Os candidatos expõem de que forma irão conduzir a política tributária do município*

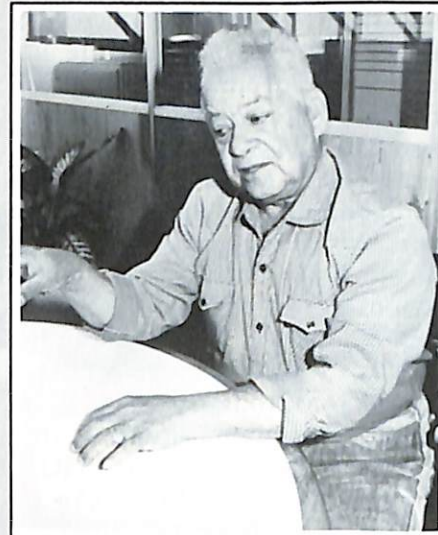
**Joel Coimbra** – Nosso primeiro passo será levantar as ações existentes no Fórum e realizar uma composição judicial, admitindo a procedência dos pedidos feitos nestas ações. Depois, faremos a redução destes tributos e a devolução do que foi pago a mais. A devolução será negociada com o contribuinte através de desconto nos carnês dos anos seguintes. Os valores dos tributos serão revistos em nossa administração.

**Miro Falkembach** – Quanto mais altos os tributos municipais, maior a recessão e o desemprego. Na administração passada, a cobrança de altos impostos foi necessária para viabilizar a infraestrutura do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Agora, a tendência natural é a queda dos valores. Meu compromisso será a cobrança de valores aceitáveis e que possam ser pagos pela população.

**Said Ferreira** – Quero tranquilizar os empresários com relação aos tributos. Os recursos serão gerados dentro da prefeitura, sem a necessidade de espoliar os contribuintes com altos impostos. Pretendemos receber os impostos em atraso, mas de forma razoável, e fazer a devolução do que foi pago a mais. Com relação ao IPTU, queremos acabar com a elevação gradativa de alíquotas e proceder a avaliação venal dos imóveis dentro da realidade de mercado.

**Walber Guimarães Jr.** – A tendência nas últimas administrações foi baixar o imposto no primeiro ano, subir assustadoramente nos anos intermediários, e, no último, baixar os valores. Nós vamos promover a revisão dos valores venais para o IPTU e das taxas. Tudo será feito a partir de discussões com as entidades representativas, desde os valores até as condições de pagamento. Pretendemos também estudar propostas para a negociação dos impostos atrasados.

**Marco Rocha Loures** – Vamos promover a revisão do valor venal dos



**Assendino Santana tem 60 anos, é comerciário e nasceu em Rio Novo, Bahia. Foi candidato a prefeito de São Jorge do Ivaí na década de 60 e a vereador em Maringá. Assendino é casado, tem 5 filhos e sua vice é Ivone Bravos**

Além disso pretendemos criar uma Cooperativa de Serviços. A prefeitura cadastrará pessoas desempregadas para encaminhá-las a serviços temporários, até que possam retornar ao mercado de trabalho. A idéia é não deixar nenhum maringense sem emprego.

**Marco Rocha Loures** – Vamos estimular a realização de cursos profissionalizantes, com base em pesquisas que serão realizadas em parceria com a UEM sobre as necessidades do mercado. Estes cursos serão criados de acordo com as necessidades que forem surgindo nas empresas. Além disso, pretendemos criar também escolas profissionalizantes.

**Aníbal Moura** – Em primeiro lugar, é preciso dar atenção à educação, que inclui escola em tempo integral para a criança e atendimento aos 20 mil analfabetos que existem em Maringá. O idoso e o aposentado também serão atendidos. Para a profissionalização, pretendemos estabelecer parcerias com a UEM para a utilização de equipamentos. Assim poderemos desenvolver pesquisas e tecnologia, e promover a formação de mão-de-obra. A prefeitura vai assumir este convênio. É importante utilizar a estrutura já existente e fazê-la funcionar.

**Odílio Balbinotti** – Através da Secretaria Extraordinária de Fomento ao Emprego que pretendemos criar vamos promover cursos profissionalizantes e de especialização de mão-de-obra.

**Assendino Santana** – A intenção é trabalhar em conjunto com o SENAI e

imóveis. Este assunto será discutido com as entidades envolvidas no setor. Com relação às taxas, também será feita uma revisão das alíquotas. O compromisso de nossa administração será a cobrança de impostos e taxas justos e de sempre discutir os valores com a comunidade.

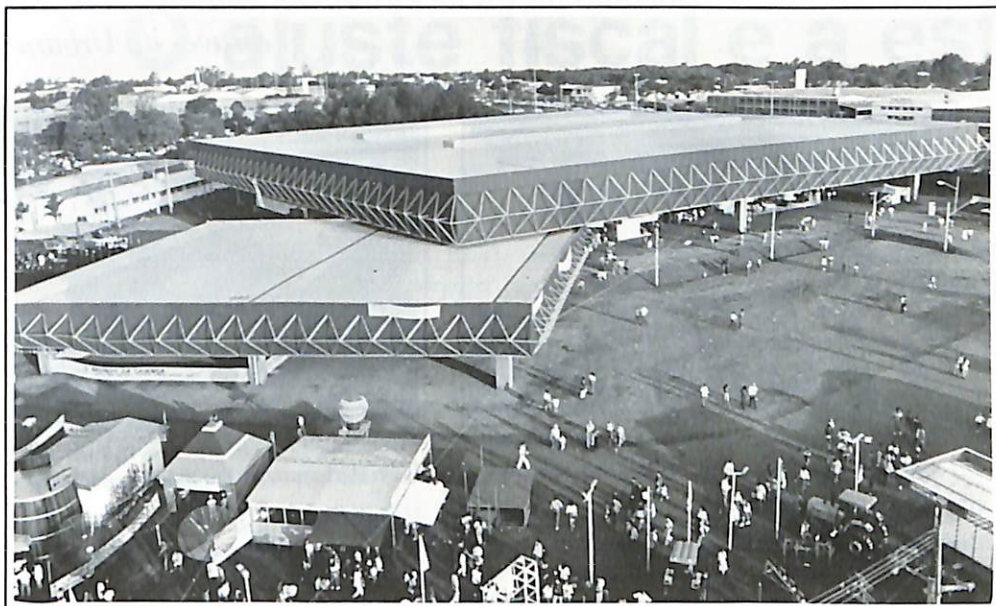
**Aníbal Moura** – Não haverá anistia do IPTU. A política tributária deve seguir o princípio de tributar quem ganha. Ao invés de lançar propostas setoriais, será retomada a discussão com toda a sociedade sobre o que é um imposto justo, para a criação de uma política tributária definitiva. A negociação dos valores do IPTU tem que ser transparente e não deve ficar apenas na mão do prefeito, para que não se torne um instrumento de manipulação política.

**Odílio Balbinotti** – Promoção de uma reforma tributária. Tenho como experiência minha administração em Barbosa Ferraz, onde foi feito o lançamento do imposto no primeiro ano sem consulta à comunidade. O índice de rejeição foi alto. No segundo ano, convoquei a comunidade e a aceitação foi boa. Em Maringá quero fazer o mesmo. Discutindo com a comunidade poderemos cobrar impostos justos.

**Assendino Santana** – Num trabalho conjunto com a ACIM e outras entidades, vamos rever o valor venal dos imóveis e lançar o imposto com justiça. Além disso, pretendemos estudar a isenção total do IPTU para famílias de baixa renda e que tenham apenas um imóvel.

# Começa a venda de estandes

*Os primeiros estandes para a V Feimar já foram vendidos. A expectativa dos organizadores é que todo o espaço colocado à disposição dos empresários seja comercializado em breve*



**O Pavilhão Internacional de Exposições vai abrigar a V Feimar**

Apesar da crise, a V Feimar – Feira da Indústria de Maringá e Região – que vai ser realizada de 4 a 8 de novembro, no Pavilhão Internacional de Exposições, trará perspectivas de excelentes negócios. Esta é a opinião da presidente do Conselho da Mulher Empresária da ACIM e da comissão organizadora da V Feimar, Maria Alice Pinatti. O otimismo da presidente é tanto, que ela acredita que será possível vender 2.500 metros quadrados de área para os expositores. A previsão inicial era de comercializar 1.500 metros quadrados.

Para montar a estrutura da V Feimar foi contratada a empresa paulista Estande Construções e Decorações Ltda. A Estande tem larga experiência no ramo, tendo participado de eventos como a Feira Nacional da Indústria Têxtil – FENIT – da Feira Nacional da Tecelagem – FENATEC – e da Feira Nacional de calçados – FRANCAL, entre outras. “Queremos dar todas as condições para que os expositores possam mostrar seus produtos com requinte e conforto”, explica Maria Alice.

Com a definição da empresa montadora e da disposição dos estandes, a

procura pelos espaços da V Feimar aumentou consideravelmente e os primeiros contratos já foram firmados. Em 1992, a Feimar estará aberta a empresas dos setores de móveis, confecções, alimentos, metal-mecânica, artigos de couro em geral, bijuterias e embalagens. Poderão participar empresas de Maringá e região, e também de todo o estado.

**COMPRADORES:** A comissão organizadora da V Feimar já enviou correspondências a todas as Câmaras de Comércio pertencentes ao Mercado

Comum do Cone Sul, o Mercosul, para atrair compradores. No início de setembro começou a ser veiculada também nas emissoras de televisão uma campanha institucional, convidando as empresas interessadas em expor e empresários para visitar e realizar negócios na V Feimar. A partir de outubro a divulgação da feira será em rede estadual.

Este ano a Feimar será realizada em conjunto com a 8ª Maringado o que deverá atrair muitos visitantes. “Além de poder conhecer o potencial de nossa indústria, os visitantes poderão passear pelo Parque de Exposições e ver as atrações da Maringado”, explica Maria Alice. Com tantos atrativos, ela alerta aos interessados em expor na feira para que fechem os contratos o mais rápido possível, para não correrem o risco de ficar sem espaço.

Maria Alice adianta que está confirmado o patrocínio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – Sebrae-Pr. O Sebrae comprou um espaço da Feimar, onde ficarão empresas do ramo de confecções e metal-mecânica, que foram selecionadas pelo próprio órgão. Esta colaboração faz parte do planejamento do Sebrae, e empresas de Maringá têm conseguido participar de feiras nacionais graças a este tipo de auxílio.

## Custos e estrutura

*A comissão organizadora da V Feimar pretende vender 240 estandes, de 12 metros quadrados, a US\$ 40 o metro quadrado. Os primeiros contratos já foram fechados e o Sebrae escolheu seu espaço, onde ficarão parte das empresas do setor de confecções e metal-mecânica.*

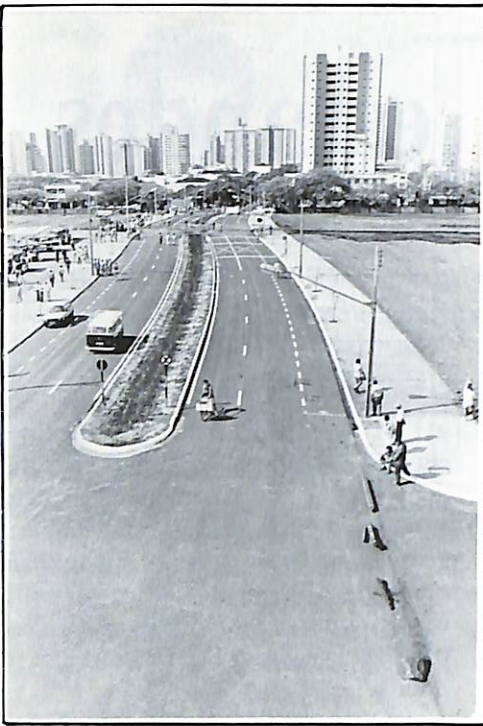
*As vendas dos estandes estão sendo feitas na sede da Associação Comercial e Industrial de Maringá. Dois*

*funcionários da ACIM estão dando atendimento exclusivo aos interessados em participar da feira. Além disso, durante os dias de realização da V Feimar, a ACIM montará no Pavilhão um local onde os expositores terão toda a estrutura necessária para o recebimento e emissão de documentos. Estarão à disposição dos empresários aparelhos de telefone, fax, telex e fotocopiadora.*

Texto: Walter Silva

# Maringá ganha

*Inauguração do prolongamento da Avenida Duque de Caxias que transforma a área central de Maringá. O novo centro é conhecido como "Novo Centro". O projeto é de autoria do arquiteto Ricardo Barros na história de Maringá". Os projetos e obras são executados através da Urbamar - Urbanização de Maringá S/A.*



Prolongamento da Avenida Herval

O prefeito Ricardo Barros e a diretoria da Urbamar - Urbanização de Maringá S/A - inauguraram, no dia 25 de agosto, o prolongamento da Avenida Duque de Caxias, última etapa de implantação da infra-estrutura urbana e viária do "novo centro" de Maringá. O Projeto Ágora, que popularmente passou a ser chamado de "novo centro", é executado pela Urbamar, e compreende a remoção do pátio de manobras ferroviárias do centro de Maringá, já concluída, a reurbanização e integração à malha urbana do terreno de 206.600 metros quadrados onde estava implantado o pátio e a execução de obras na área, inclusive aproximadamente 700 mil metros quadrados de edificações comerciais e residenciais.

Maringá está recebendo o "novo" centro depois de 40 anos de espera e reivindicações. Praticamente desde a fundação da cidade a ferrovia vinha seccionando a zona urbana e causando transtornos à população. Durante muito tempo a Zona Sete e toda a região Norte de Maringá tiveram dificuldades de desenvolvimento, por se situarem "depois da linha", uma expressão que passou a ser depreciativa.

O primeiro prefeito a preocupar-se concretamente com o enclave representado pelo terreno do antigo pátio de manobras, de 2.000 por 1.000 metros, situado em pleno centro de Maringá, foi Sílvio Barros, pai do atual prefeito Ricardo Barros. Em 1973 Sílvio enviou mensagem à Câmara de Vereadores, dando início efetivo ao primeiro projeto para a mudança do pátio de manobras e reurbanização da área. Foi também Sílvio Barros quem destinou o terreno para a implantação do terminal ferroviário do



Prefeito Ricardo Barros e Tarcisio Henrich, da RFFSA, descerram a placa de inauguração



Giuseppe Leggi (Conterpavi); Luís Turchiari Jr. (Urbamar) e Tarcisio Henrich (RFFSA)

entrepósito de Itaipu, prevendo a futura permuta para a implantação do pátio de manobras definitivo.

Depois de 20 anos dessas iniciativas pioneiras de Sílvio Barros para a remoção do pátio de manobras do centro de Maringá, cabe ao filho Ricardo Barros concretizar a obra, sonho e reivindicação dos maringáenses por várias décadas. O "novo centro" é a obra mais importante da administração Ricardo Barros, pelos recursos e complexidade técnica que representa, e pela importância que tem para a cidade, agora e no futuro. "É uma obra que ganhará importância maior a cada ano, na exata proporção do crescimento de Maringá. Este é o nosso compromisso com o futuro", diz o prefeito Ricardo Barros. O "novo centro" está sendo considerado "a marca de Ricardo Barros na história de Maringá".

**Obra múltipla** - A implantação do "novo centro" de Maringá é uma obra orçada em 50 milhões de dólares, que está sendo implantada em várias etapas. Além das obras físicas que serão implantadas no terreno liberado com a remoção do pátio de manobras ferroviárias do centro de Maringá, exigiu a implantação de um novo pátio de manobras na área Oeste de Maringá, com área de 21 alqueires e 18 quilômetros de linhas férreas; a implantação de um pátio de inflamáveis, em terreno de 60 mil metros quadrados na divisa com Sarandi; a construção de 65 casas para ferroviários, permitindo a transferência da Vila Ferroviária, que também se situava em pleno centro da cidade; a transferência de armazéns,

estação administrativa, balanças, moggas e outras estruturas, também situadas no centro da cidade.

Depois da remoção do pátio de manobras e das estruturas de apoio, iniciou-se a fase mais importante da obra, que é a implantação da infra-estrutura urbana e viária da área a ser urbanizada e reintegrada à malha urbana. A primeira etapa foi o prolongamento da Avenida Herval, inaugurado no dia 21 de setembro do ano passado. Agora foi entregue o prolongamento da Avenida Duque de Caxias, e em breve será entregue a última

## Prefeitura e Urbamar



## O ajuste fiscal e a estabilização

por José Adirson G. Nascimento

“Os juros altos atingem, em especial, a indústria voltada para o mercado interno, justamente aquela que mais contribui para sustentar a receita tributária”

Sem ajuste fiscal a estabilização e o crescimento econômico tornam-se inviáveis. Essa convicção tem razão de ser. Não há como garantir uma estabilização sustentável sem corrigir os desequilíbrios financeiros do setor público de forma duradoura.

Entretanto, a experiência recente do Brasil e de outros países já poderia ter ensinado que o ajuste fiscal também pressupõe a estabilização da moeda e a reativação da economia. O efeito negativo da inflação sobre a arrecadação de tributos não se traduz apenas em corrosão das receitas públicas, uma vez que esta pode ser em grande medida neutralizada por esquemas de indexação diária dos impostos e contribuições. A inflação alta mina o ajuste fiscal de várias outras maneiras.

Cria, por exemplo, um ambiente propício à evasão fiscal, na medida em que dificulta o controle e acompanhamento das bases tributárias. Afeta, também, o componente financeiro do déficit público, via elevadas despesas de correção monetária da dívida mobiliária governamental. A presença de uma grande dívida de curto prazo, indexada ou com taxas de juros pré-fixadas, torna as necessidades brutas de financiamento do Estado altamente sensíveis às taxas de inflação observadas e esperadas.

Além disso, o estado de

hiperinflação latente conduz o Banco Central a manter juros reais excepcionalmente elevados, no afã de impedir a explosão das taxas de inflação. Essa política pode funcionar durante algum tempo, mas à custa de pressões crescentes sobre a posição financeira do governo.

Os juros altos atingem, em especial, a indústria voltada para o mercado interno, justamente aquela que mais contribui para sustentar a receita tributária. O resultado acaba sendo a queda da arrecadação pública em todos os níveis, prejudicando não só o tesouro, mas também os estados e municípios, a Previdência, assim como as receitas operacionais das empresas públicas. O desemprego aumenta. Além disso, crescem as despesas com seguro-desemprego e os saques do FGTS. Note-se que a redução da receita pública tende a ser mais do que proporcional à queda do nível de atividade, uma vez que, na luta pela sobrevivência, as empresas e os contribuintes em geral respondem à recessão com sonegação, informalização das relações de trabalho e, mais recentemente, com um movimento crescente da resistência judicial ao pagamento de impostos.

Do lado financeiro, os juros reais elevados afetam cada vez mais os encargos de uma dívida interna em cruzeiros que vem crescendo rapida-

mente desde o final de 1991. Esse crescimento é consequência da liberação dos cruzados bloqueados e, sobretudo, do esforço de esterilizar o impacto monetário das operações cambiais, impacto esse que resulta, em parte, da própria atração exercida pelos juros oferecidos para aplicações em cruzeiros.

Em suma, se é verdade que a estabilização e o desenvolvimento dependem do ajuste fiscal, também o é que este último não será alcançado num cenário marcado por inflação alta e retração do nível de atividade.

Se a intenção é promover uma estabilização duradoura, que permita a retomada do crescimento da economia, o governo deve evitar a todo o custo medidas que abalem a confiança, pois recuperá-la deve ser primeira preocupação. Isso significa, em particular, abandonar o caminho das soluções de gabinete, tramadas em sigilo por grupos de economistas vinculados ao Executivo. No ponto a que chegamos, a superação da crise monetária passa necessariamente por medidas que possam ser objetos de discussão pública e aberta, de forma democrática.

José Adirson G. Nascimento  
é assessor econômico  
da ACIM

# Agenda da diretoria

A diretoria da Associação Comercial e Industrial cumpriu a seguinte agenda nos meses de julho e agosto:

No dia 22 de julho, o presidente Massao Tsukada proferiu palestra no Rotary Maringá - leste. Também no dia 22 Massao, os diretores Fernando Henriques, Fernando Ferraz, a presidente e membros do Copejem participaram de jantar com o prefeito Ricardo Barros no Clube Hípico. No dia 24 a diretoria participou do jantar de entrega do prêmio Comerciante do Ano a Fernando Vieira Raimundo. Ainda no dia 24, o presidente da ACIM esteve com o ouvidor geral do estado Olívir Gabardo e participou de coquetel de inauguração do escritório do SESCAP.

No dia 28, a diretoria participou do Almoço Empresarial com o

empresário italiano Fernando Latour. No dia 29, Massao participou de palestra com o economista Alberto Tammer, promovida pela Caiado Pneus, seguida do "Encontro de empresários de transporte". Ainda no dia 29, o diretor Fernando Ferraz participou de reunião da LIDE. No dia 30 o presidente Massao Tsukada participou de jantar de posse da Associação Maringaense de Imprensa.

No dia 3 de agosto o presidente Massao Tsukada participou do júri que escolheu o Operário Paraná 92 em Maringá. No dia 5 a diretoria participou da última reunião do Fórum de Debates sobre Segurança. No dia 6 Zenaide Machado Canhoto e Ivanete Pagnan participaram do I Encontro Rempac Londrina-Maringá, a convite da Embratel. No dia 7 a diretoria participou da palestra proferida pelo juiz Edgard Lippmann sobre "A constitucionalidade das leis tributárias".

No dia 12 de agosto, Massao Tsukada e Valdecir de Britto participaram do almoço de posse da FACIP, em Curitiba. Também no dia 12, o diretor Jefferson Nogarolli participou da inauguração da Feira do

Produtor Noturna em Maringá. Nos dias 13 e 14, o presidente Massao Tsukada participou do VII Congresso Nacional de Associações Comerciais, que aconteceu em Blumenau. No dia 17, o diretor Pedro Granado participou de reunião com as coordenadoras do programa Banco de Empregos da UEM.

No dia 18 Massao participou do coquetel de inauguração da nova loja da Intervin e da palestra sobre vinhos ministrada pelo enólogo Luis Groff, de Curitiba. No dia 20, a diretoria da ACIM participou de recepção e visitas oficiais do grupo de universitários de Kakogawa que esteve em Maringá. A comitiva foi chefiada pelo presidente da Associação Internacional de Kakogawa.

**VISITAS RECEBIDAS:** No dia 23, Massao recebeu o presidente da ADEVIMAR. No dia 5 de agosto, visitaram o presidente da ACIM o secretário geral da UPES e a presidente da Fundação de Desenvolvimento de Maringá, Cleusa Piccinin. No dia 17 Massao recebeu a visita de José Luis Demeterco, do grupo Demeterco. No dia 18, o gerente do Bic Banco, Cirino Borba Filho visitou a ACIM.

## CADERNO TÉCNICO

SUPLEMENTO DA  
REVISTA

# ACIM

ANO 29 - Nº 325 - SETEMBRO/92  
Publicação mensal da



Associação Comercial e Industrial  
de Maringá - ACIM

Rua Néo Alves Martins, 2321

Fone (0442) 26-1331

Fax (0442) 23-5007

S.P.C. (0442) 26-2299

Telex (442) 168

Caixa Postal, 1033

MARINGÁ - PARANÁ  
DIRETOR RESPONSÁVEL

Luiz Carlos Masson

EDITOR RESPONSÁVEL

Regina Daefiol - MT-2538-PR

CONSULTORES RESPONSÁVEIS

Área Contábil

Antônio Barison Martins

Área Jurídica

Isabela M<sup>ª</sup> P. P. Ranzetti

Área Econômica

José Adirson Gianotto Nascimento

PRODUÇÃO GRÁFICA E

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Editora Organsil

Fones (0442) 24-7793

## Você precisa contar com o melhor em Informática.

### OS EQUIPAMENTOS MAIS AVANÇADOS

- Computadores • Impressoras • Fax
- Monitores de Vídeo • Copiadoras
- Relógio Ponto Eletrônico Codin (Código de Barras, Magnéticos)
- Rede Novell • Sistema Unix • Estabilizadores • No-Break
- Suprimentos • Calculadoras • Cabos • KIT para Computadores.

### DAS MELHORES MARCAS

- Microtec • Novell • Sharp • Elebra • Parks • Telemática • SMS
- NHS • Rima • ADD • Updating.

VENHA CONVERSAR. COM A TELETEXTO  
VOCÊ SEMPRE FAZ OS MELHORES NEGÓCIOS



# TELETEXTO

INFORMÁTICA

Rua Néo Martins, 2.840 - Fone/Fax: (0442) 23-5556 - Telex: 442444 TXTO BR - Maringá - PR



CONFIABILIDADE EM 1º LUGAR



# Qualidade e produtividade

A Ceag - Consultoria Empresarial e Assistência Gerencial, estará promovendo no dia 17 de setembro o seminário "Qualidade e produtividade". Será no Hotel Deville, a partir das 14 horas. O apresentador será João Roberto Gretz, especialista em Administração Participativa, e com um vasto currículo de serviços prestados a empresas como Cerâmica Portobello, Vasp, Bradesco, Alcoa Petrobrás, Eberle, entre outras.

O seminário é dirigido a presidentes, diretores, executivos e gerentes de empresas, coordenadores, chefes de área, e profissionais de RH, e a lideranças ligadas ao ramo comercial. O objetivo é demonstrar, através da prática e relatos de experiência empresarial, as vantagens e como os executivos devem agir para conseguir o sucesso. Além disso será demonstrado como utilizar de forma imediata as ferramentas e técnicas apresentadas na empresa.

Estes são alguns dos tópicos que serão abordados durante o seminário: Como transformar pensamentos criativos em ação; As empresas fracassam porque seus líderes falham; A estratégia para o sucesso nas organizações; A arte da comunicação e da persuasão; Como conquistar o comprometimento com "O vestir a camisa"; A competitividade através da produtividade e qualidade; Qualidade de produtos e serviços; Censo de oportunidade - como colocar seu produto no mercado; Mudanças no mundo: Europa 92, Tigres Asiáticos, e suas influências no Brasil; A criatividade acima do conhecimento; O princípio da pequena diferença - segredo da eficácia pessoal; e A resolução de conflitos na empresa.

As taxas de inscrição são as seguintes: para um participante, Cr\$ 400 mil; dois participantes, Cr\$ 360 mil; para três, Cr\$ 320 mil. As inscrições podem ser feitas na Ceag, na avenida Brasil, 3278, sala 33, 3º andar, ou pelo fone (0442) 22-0697. O seminário tem apoio da Associação Comercial e Industrial de Maringá.

## **N**OVOS SÓCIOS

### **BONACCINI MOTOS**

Av. Mauá, 2965  
fone: 22-6768  
Com. exp. e imp. de peças

### **MICROCAMP INTERNACIONAL**

Pça Manoel Ribas, 140  
fone: 62-3432  
Com. e distribuição de livros científicos

### **ELETROBOM**

R. Joubert de Carvalho, 130  
Com. varejista de móveis e eletrodomésticos

### **CASA DO ATLETA**

Av. Paraná, 1368  
fone: 24-1628  
Com. varejista de confecções, calçados e art. esportivos

### **ARILU DISTRIBUIDORA**

R. Alberto de Oliveira, 901  
fone: 24-3726  
Com. atacadista, imp. e exp. de frios e laticínios

### **PRO-FERTIL**

Av. Brasil, 5772  
fone: 24-1906  
Com. atacadista e varejista de produtos agropecuários

### **DACAR DISTRIBUIDORA**

Av. Pedro Taques, 3230  
fone: 28-4553  
Com. atacadista de calçados e brinquedos

### **BANA DISTRIBUIDORA**

R. Primo Monteschio, 494  
fone: 22-6932  
Com. atacadista de suprimentos p/ informática

### **PIPIUI MODA INFANTIL**

Av. Brasil, 2924  
fone: 22-7379  
Com. varejista de confecções infantis

### **POLIFARMA**

Av. Morangueira, 169  
fone: 22-6661

Com. varejista de produtos farmacêuticos

### **TEXAS TURBINAS**

R. 41.101 nº 173 - Pq. Ivemar  
fone: 62-1740  
Ind. e com. de peças e acessórios p/turbinas

### **TECNIWORK ELETRONIC**

Av. Carlos Gomes, 469  
fone: 24-7221  
Manutenção e assistência técnica em aparelhos eletrônicos

### **DAP**

Largo General Ozório, 66  
fone: 62-1991  
Com. varejista de peças e acessórios

### **MERCADO CRESCENTE**

Av. Paranaíba, 526  
fone: 24-6121  
Com. de gêneros alimentícios, de limpeza e bebidas

### **A SINGULAR PRESENTES**

R. Santos Dumont, 2501  
fone: 22-3251  
Com. varejista de presentes e perfumarias

### **ÉPURA ASSESSORIA**

Av. Colombo, 4356  
fone: 62-2125  
Prestação de serviços em adm. e processamento de dados

### **MAQUITRAT AUTO PEÇAS**

Av. Morangueira, 399

### **CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE ELDORADO**

Av. Londrina, 838

### **ALMODIN FACTORING**

R. Néo Alves Martins, 2951  
fone: 23-5361

### **I.C. PEREIRA ATACADO**

Av. Carneiro Leão, 264  
fone: 25-3505  
Com. atacadista de gêneros alimentícios

# Apuração semestral

SECRETARIA DA FAZENDA  
NACIONAL

Departamento da Receita Federal  
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 90,  
DE 15 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre o pagamento do imposto de renda, da contribuição social e do imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido, correspondente ao ano-calendário de 1992, calculado por estimativa, e sobre a faculdade de consolidação de resultados semestrais, para efeito da declaração de ajuste anual das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 13 da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, arts. 4º e 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, arts. nº 60, 86 e 87 da Lei nº 8.383, de 30 de

dezembro de 1991, e na Portaria MEF nº 441, de 27 de maio de 1992, resolve:

## Disposições preliminares

Art. 1º – Esta instrução normativa orienta o pagamento do imposto de renda das pessoas jurídicas, da contribuição social sobre o lucro e do imposto de renda incidente na fonte sobre o lucro líquido, calculados por estimativa, e a apuração do resultado semestral, em 30 de junho de 1992, para efeito de declaração anual de ajuste, de que trata o art. 43 da Lei nº 8.383, de 1991, no ano-calendário de 1992.

## Pessoas jurídicas autorizadas a optar pelo pagamento no imposto calculado por estimativa

Art. 2º – Poderão optar pelo pagamento do imposto calculado por es-

timativa e pela substituição da consolidação de resultados mensais pela consolidação de resultados semestrais, para o efeito de declaração anual de ajuste, no ano-calendário de 1992:

I – as pessoas jurídicas que, na declaração de rendimentos do exercício de 1991, ficaram sujeitos ao adicional de que trata o art. 25 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, exceto as que no exercício de 1992, período-base de 1991, apresentaram prejuízo fiscal;

II – as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não submetidas ao adicional, no exercício de 1991, período-base de 1990, exceto as que já tenham optado pelo pagamento do imposto com base no lucro presumido, na forma do art. 40 da Lei nº 8.383, de 1991;

III – as pessoas jurídicas que, na declaração de rendimentos do exercício de 1991, apresentaram prejuízo fiscal e que no exercício de 1992, período-base de 1991, ficaram ou não sujeitas ao adicional de que trata o art. 25 da Lei nº 7.450, de 1985.

## Determinação do imposto por estimativa das pessoas jurídicas de que trata o art. 86 da lei nº 8.383, de 1991

Art. 3º – Nos meses de julho, agosto e setembro de 1992, cada parcela do imposto será igual a dois duodécimos do imposto e adicional apurados no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991, expressos em quantidade de UFIR diária.

Art. 4º – Nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, cada parcela do imposto será igual a um sexto do imposto e adicional apurados em balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992, expressos em quantidade de UFIR diária.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas que apurarem prejuízo fiscal em 30 de junho de 1992 estarão dispensadas do pagamento do imposto

# Não corra riscos. Não perca dinheiro.

## Use o



# Vídeo-Cheque

26-2299

Mais um serviço da

# ACIM

nos meses referidos neste artigo.

Art. 5º – Para efeito do disposto nos arts. 4º e 6º desta instrução Normativa:

I – o resultado do balanço ou balancete em 30 de junho deve ser com observância das leis comerciais e fiscais;

II – o resultado será ajustado por todas as adições determinadas e exclusões e compensações admitidas pela legislação do imposto de renda na apuração do lucro real;

III – a pessoa jurídica deverá promover ao final do semestre, levantamento de seus estoques, bem como sua escrituração no livro “Registro de Inventário”;

IV – o balanço ou balancete, bem como a demonstração do resultado deverão ser transcritos no livro Diário ou, alternativamente, no livro de Apuração do lucro Real-LALUR;

V – a demonstração do resultado ajustado de que trata o inciso II deverá ser transcrita no LALUR, onde também deverão ser mantidos os registros de controle dos valores que devam influenciar a determinação do lucro real dos períodos de apuração seguintes;

VI – o lucro real apurado no semestre será convertido em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês de junho (Cr\$ 2.067,91);

VII – o valor do imposto deverá ser apurado segundo as alíquotas a que estiver sujeita a pessoa jurídica;

VIII – o valor do adicional de que trata o art. 49 da Lei nº 8.383, de 1991, deve ser calculado sobre a parcela do lucro real que exceder a 150.000 UFIR;

IX – do imposto apurado na forma do inciso VII, a pessoa jurídica poderá diminuir:

a) os incentivos fiscais de dedução do imposto devido, observados os limites e prazos fixados na legislação específica;

b) os incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

c) o imposto de renda retido na fonte, até a mesma data, sobre receitas computadas na base de cálculo do imposto.

X – os valores de que tratam as alíneas do inciso anterior serão convertidos em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no dia do balanço ou balancete.

#### Determinação do imposto por

#### estimativa das pessoas jurídicas de que trata o art. 87 da lei nº 8.383, de 1991

Art. 6º – Nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, cada parcela do imposto será igual a dois sextos do imposto e adicional apurados no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992, expressos em quantidade de UFIR diária, observado o disposto no art. 5º.

§ 1º – A pessoa jurídica poderá compensar com o lucro real apurado em 30 de junho, os prejuízos fiscais verificados nos períodos-base encerrados nos anos de 1988 e 1991, corrigidos monetariamente até a data em que ocorrer a compensação;

§ 2º – A compensação de que trata o parágrafo anterior poderá ser total ou parcial, à opção de pessoa jurídica;

§ 3º – As pessoas jurídicas que apurarem prejuízo fiscal em 30 de junho de 1992 estarão dispensados do pagamento do imposto nos meses referidos neste artigo.

#### Determinação da contribuição social sobre o lucro

Art. 7º – A base de cálculo da contribuição social sobre o lucro (Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988) será o valor positivo do resultado do balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992, já computado o valor da contribuição social devida, antes da provisão para o imposto de renda, dele deduzidas as participações previstas no inciso VI do art. 187 da Lei nº 6.404, de 1976, ajustados pelas adições determinadas e exclusões admitidas pela legislação específica.

§ 1º – Se após os ajustes retromencionados, o resultado apurado for negativo, a pessoa jurídica estará dispensada do recolhimento da contribuição social, podendo compensar o referido resultado, corrigido monetariamente, na base de cálculo da contribuição social do período de apuração subsequente.

§ 2º – O valor da contribuição deverá ser apurado segundo as alíquotas a que estiver sujeita a pessoa jurídica.

Art. 8º – A contribuição social devida nos meses de julho, agosto e setembro de 1992, pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso I do art. 2º, será igual a dois duodécimos da contribuição social apurada no balanço

anual levantado em 31 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. A pessoa jurídica que tiver apurado base de cálculo negativa da contribuição social em 31 de dezembro de 1991, estará dispensada do seu recolhimento nos meses referidos neste artigo.

Art. 9º – A contribuição social devida nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, será determinada com base no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992, e correspondência a:

I – um sexto da contribuição social apurada na forma do art. 7º, pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso I do art. 2º;

II – dois sextos da contribuição social apurada na forma do art. 7º, pelas pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e III do art. 2º.

Parágrafo único. A pessoa jurídica não poderá compensar o resultado negativo apurado até 31 de dezembro de 1991 na base de cálculo da contribuição social apurada no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992.

Art. 10. – Na determinação do valor da contribuição social, as instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, deverão, excepcionalmente, em virtude da aplicação das disposições do art. 11 da Lei Complementar nº 70, de 30 de junho de 1992, os seguintes procedimentos:

I – verificar a relação percentual entre o total das receitas dos meses de janeiro, fevereiro e março de 1992 e o total das receitas computadas no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992;

II – aplicar o percentual encontrado sobre a base de cálculo da contribuição social apurada na forma de art. 7º;

III – sobre o valor apurado na forma do inciso anterior, aplicar a alíquota de quinze por cento;

IV – deduzir, de base de cálculo da contribuição social apurada no balanço ou balancete de 30 de junho de 1992, o valor apurado na forma do inciso II;

V – sobre o saldo remanescente, aplicar a alíquota de 23% (vinte e três por cento);

VI – o valor da contribuição social devida, a ser computada no resultado do semestre, será o somatório dos valores apurados na forma dos incisos III e V.

Art. 11. – As instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212 de 1991, que se enquadrarem no inciso I do art. 2º, deverão pagar a contribuição social sobre o lucro, calculado por estimativa, da seguinte forma:

I – no mês de julho de 1992, dois duodécimos da contribuição social apurada no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991;

II – no mês de agosto de 1992, a contribuição social devida será o somatório dos seguintes valores:

a) um duodécimo da contribuição social apurada no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991;

b) um duodécimo da contribuição calculada mediante a aplicação da alíquota de 23% (vinte e três por cento) sobre a base de cálculo apurado no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991.

III – no mês de setembro de 1992, dois duodécimos da contribuição calculada na forma da alínea “b” do inciso II deste artigo;

IV – nos meses de outubro de 1992 a março de 1993, um sexto da contribuição calculada mediante a aplicação de alíquota de 23% (vinte e três por cento) sobre a base de cálculo apurada no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992.

Art. 12. – As instituições a que se refere o § 1º art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, que se enquadrarem nos incisos II e III do art. 2º, deverão pagar a contribuição social sobre o lucro, calculada por estimativa, da seguinte forma:

I – no mês de outubro de 1992, dois sextos da contribuição calculada mediante a aplicação da alíquota de quinze por cento sobre a base de cálculo apurada no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992;

II – no mês de novembro de 1992, a contribuição social devida será o somatório dos seguintes valores:

a) um sexto da contribuição calculada na forma do inciso anterior;

b) um sexto da contribuição calculada mediante a aplicação da alíquota de 23% (vinte e três por cento) sobre a base de cálculo apurada no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992.

III – nos meses de dezembro a março de 1993, dois sextos da contribuição calculada na forma da alínea “b” do inciso II deste artigo.

Art. 13. – A base de cálculo do imposto de renda na fonte incidente

sobre o lucro líquido, previsto nos arts. 35 a 39 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, é o lucro líquido apurado no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992, com a observância da legislação comercial e ajustado pelas adições, exclusões e compensações prescritas e autorizadas pela legislação tributária específica.

Parágrafo único. Sobre a base de cálculo determinada na forma do artigo anterior incidirá o imposto à alíquota de oito por cento.

Art. 14. – Não haverá incidência no imposto sobre o lucro líquido, em relação a parcela do lucro que corresponder à participação de pessoa jurídica imune ou isenta do imposto de renda, desde que comprove a imunidade ou isenção à pessoa jurídica responsável pelo recolhimento do tributo.

§ 1º – Os comprovantes da condição de pessoa jurídica imune ou isenta deverão ser conservados e mantidos à disposição da fiscalização enquanto prescrites eventuais ações que lhe sejam próprias.

§ 2º – O eventual recolhimento de imposto relativo à pessoa jurídica imune ou isenta deverá ser objeto do pedido de restituição, sendo vedada à pessoa jurídica responsável pela retenção e recolhimento a compensação de referido imposto.

Art. 15. – O imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido a ser pago nos meses de julho, agosto e setembro de 1992, pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso I do art. 2º, será igual a dois duodécimos do mesmo imposto, apurado com base no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991.

Art. 16. – O imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido a ser pago no mês de outubro de 1992 a março de 1993, será determinado com base no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992, e corresponderá a:

I – um sexto do imposto apurado na forma do art. 13, pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso I do art. 2º;

II – dois sextos do imposto apurado na forma do art. 13, pelas pessoas jurídicas de que trata os incisos II e III do art. 2º.

Art. 17. – A pessoa jurídica que tiver apurado base de cálculo negativa pelo imposto de renda na fonte sobre o

lucro líquido em 31 de dezembro de 1991 ou em 30 de junho de 1992, estará dispensada do seu recolhimento nos meses referidos nos arts. 15 e 16, respectivamente.

### Pagamento por estimativa do imposto

Art. 18. – O pagamento de cada parcela do imposto deverá ser efetuado até o último dia útil do mês correspondente ao seu vencimento.

§ 1º – O valor em cruzeiros de cada parcela será determinado mediante a multiplicação do seu valor, expresso em quantidade de UFIR diária, pelo valor desta no dia do seu pagamento.

§ 2º – O campo 04 da DARF deverá ser preenchido por um dos seguintes códigos:

Código	Denominação
2319	IRPJ – Entidades Financeiras
2334	IRPJ – Empresas não Financeiras Sujeitas ao Adicional
2362	IRPJ – Demais Empresas Lucro Real
2469	Contribuição Social – Entidades Financeiras
2484	Contribuição Social – Demais Empresas
2511	I.L. – Estimativa

§ 3º – É facultado à pessoa jurídica pagar antecipadamente as parcelas do imposto.

§ 4º – As disposições deste artigo aplicam-se também ao pagamento da contribuição social sobre o lucro (Lei nº 7.689, de 1988) e ao imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido (Lei nº 7.713, de 1988, art. 35) correspondente ao ano-calendário de 1992.

### Pagamento fora do prazo

Art. 19. – O pagamento espontâneo de qualquer parcela do imposto ou contribuição, após os prazos fixados, sujeitará o contribuinte aos seguintes acréscimos legais:

I – multa de mora de vinte por cento sobre o valor da parcela ou de eventual insuficiência, expressa em quantidade de UFIR diária, que será reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente aquele em que tiver ocorrido o vencimento da parcela;

II – juros de mora, contados do primeiro dia do mês seguinte ao vencimento da parcela a que se referir o pagamento, à razão de um por cento ao mês do calendário ou fração, calculados sobre o valor da parcela, expressa

em quantidade de UFIR diária.

Parágrafo único. Os juros de mora não incidem sobre o valor de multa de mora de que trata o inciso I deste artigo.

Art. 20. – No caso de as parcelas do imposto ou contribuição serem exigidas em processo de lançamento de ofício, o contribuinte ficará sujeito à multa de cem por cento, que será reduzida a cinquenta por cento se o contribuinte, notificado, efetuar o pagamento do débito no prazo legal de impugnação.

§ 1º – Se houver impugnação tempestiva, a redução será de trinta por cento se o pagamento do débito for efetuado dentro de trinta dias da ciência da decisão de primeira instância.

§ 2º – Será concedida a redução de quarenta por cento ao contribuinte que, notificado, requerer o parcelamento do débito no prazo legal de impugnação. Havendo impugnação tempestiva, a redução será de vinte por cento se o parcelamento for requerido dentro de trinta dias da decisão de primeira instância.

#### Correção monetária do imposto pago por estimativa

Art. 21. – As pessoas jurídicas que optarem pela faculdade conferida pela Portaria MEFP nº 441, de 1992, deverão escriturar a contrapartida do registro da correção monetária dos impostos e da contribuição social pagos por estimativa, com base na UFIR diária, como variação monetária ativa que integrará o lucro real no período de apuração seguinte.

#### Dispositivos finais

Art. 22. – A contribuição social sobre o lucro e o imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido, a serem pagos por estimativa, apurados com base no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991 e no balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992, deverão estar expressos em quantidade UFIR diária, pelo valor de:

I – Cr\$ 597,06, quando se tratar do balanço anual levantado em 31 de dezembro de 1991;

II – Cr\$ 2.067,91, quando se tratar do balanço ou balancete levantado em 30 de junho de 1992.

Art. 23. – A pessoa jurídica que optar pelo pagamento do imposto por estimativa e se utilizar a prerrogativa conferida no § 2º do art. 39 da Lei nº 8.383, de 1991, deverá, na declaração de ajuste anual, consolidar os resultados mensais, não podendo se utilizar da faculdade prevista na Portaria MEFP nº 441, de 1992, sob pena de ficar sujeita aos encargos legais relativos à falta ou insuficiência no recolhimento do imposto por estimativa.

Art. 24. – As disposições da Instrução Normativa RF nº 56, de 29 de abril de 1992, aplicam-se exclusivamente às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, que:

I – não possam optar pelo pagamento do imposto calculado por estimativa;

II – suspenderem ou reduzirem o pagamento do imposto mensal estimado.

III – não se utilizarem da faculdade conferida na Portaria MEFP nº 441, de 1992.

Art. 25. – Esta instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Fernando Gusmão Wellisch

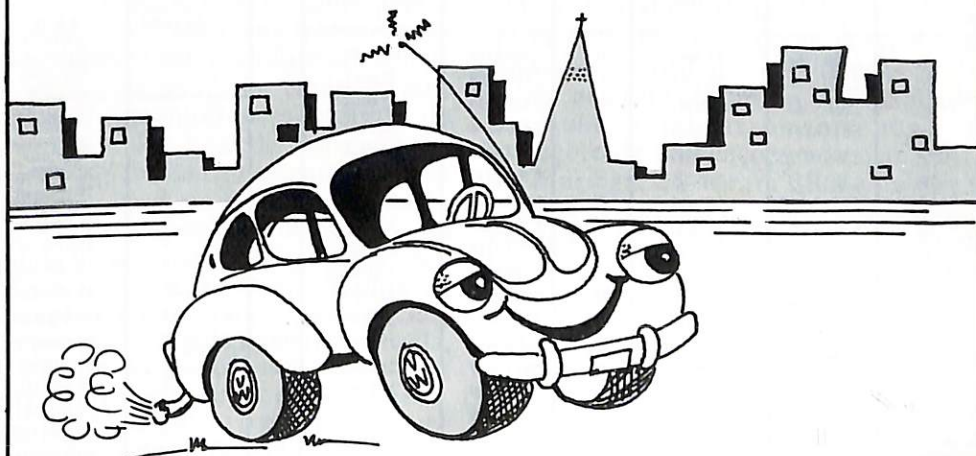
# Escrituração do Livro Diário

A escrituração das operações mercantis deve ser efetuada no livro Diário em idioma e moeda corrente nacionais em forma mercantil, com individualização e clareza por ordem cronológica de dia, mês e ano sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borraduras, rasuras, emendas e transportes para as margens. Admitese, porém, a escrituração resumida, por totais que não excedam o período de um mês, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares para registro individual e conservados os documentos que permitam sua perfeita verificação.

Fundamento Legal: Arts. 2º, 5º, § 3º do DL nº 486/69

Decreto nº 64.567/69

## Uma oficina de bom humor tem que gerar a melhor expressão !



Dama S/A, Serviço Autorizado Volkswagen,  
Testado e Aprovado.

Aqui, quem dá o show é um conjunto afinadíssimo  
em Sol Maior. Todo o brilho que seu carro merece.  
Peça por peça.



### Dama

DEDICAÇÃO CONQUISTANDO CONFIANÇA.  
Av. Paraná, 1222 - Fone: 24-7133

# TABELA PRÁTICA

## INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES MESES	SALÁRIO	SALÁRIO	POUPANÇA	M.V.R.	V.R.F./	U.P.C.	F.G.T.S.	V.R.R.	OVER/	B.T.N.	T.R.	I.S.N.
	MÍNIMO	FAMÍLIA			U.P.F			1º SUB-REGIÃO	FUNDAÇÃO	+ T.R.		
	VAL. (Cr\$)	VAL. (Cr\$)	REND. %	VAL. (Cr\$)	VAL. (Cr\$)	VAL. (Cr\$)	REND. %	VAL. (Cr\$)	REND. %	VAL. (Cr\$)	VAR. %	VAR. %
MAIO/91	17.000,00	241,78	9,5349	2.266,17	2.108,15	2.091,57	9,2588	2.107,02	9,21	160,4327	8,99	14,63
JUNHO/91	17.000,00	241,78	9,9470	2.266,17	2.297,67	2.091,57	9,6698	2.107,02	9,33	174,8556	9,40	10,94
JULHO/91	17.000,00	241,78	10,6002	2.266,17	2.513,66	2.716,59	10,3706	2.107,02	10,60	191,2920	10,05	12,65
AGOSTO/91	17.000,00		12,5097	2.266,17	2.766,28	2.716,59	10,9904	2.107,02	12,74	210,5169	11,95	12,40
SETEMBRO/91	42.000,00		17,3639	2.266,17	3.096,85	2.716,59	13,2305	2.107,02	16,47	235,6736	16,78	24,21
OUTUBRO/91	42.000,00		20,3688	2.266,17	3.616,50	3.908,47	18,1512	2.107,02	21,05	275,2196	19,77	20,47
NOVEMBRO/91	42.000,00		31,1726	2.266,17	4.331,48	3.908,47	23,2112	2.107,02	28,02	329,6305	30,52	23,00
DEZEMBRO/91	42.000,00		29,0621	2.266,17	5.653,45	3.908,47	30,2390	2.107,02	27,93	430,2335	28,42	30,12
JANEIRO/92	96.037,33		26,1074	2.266,17	7.260,16	7.846,29	27,5161	2.107,02	25,36	552,5059	25,48	19,77
FEVEREIRO/92	96.037,33		26,2380	2.266,17	9.110,01	7.849,29	24,8147	2.107,02	25,29	693,2844	25,61	19,69
MARÇO/92	96.037,33		24,8913	2.266,17	11.443,13	7.849,29	24,3984	2.107,02	23,57	870,8345	24,27	29,18
ABRIL/92	96.037,33		21,6854	2.266,17	14.220,38	15.368,43	28,1340	2.107,02	20,90	1.082,1860	21,08	25,63
MAIO/92	230.000,00		20,4090	2.266,17	17.218,04	15.368,43	18,2213	2.107,02	19,66	1.310,3108	19,81	23,00
JUNHO/92	230.000,00		21,6552	2.266,17	20.628,93	15.368,43	22,3273	2.107,02	21,05	1.569,8834	21,05	22,00
JULHO/92	230.000,00		24,3084	2.266,17	24.971,32	26.987,32	21,3152	2.107,02	23,11	1.900,3439	23,69	
AGOSTO/92	230.000,00		23,8361	2.266,17	30.887,03	26.987,32	22,0777	2.107,02		2.350,5354	23,22	

MESES	IPC/FIPE			IGP-DI/FGV			INPC/IBGE			TABELA DE INSS (AGOSTO)	
	INDICE	VAR. % NO MÊS	VAR. % 12 MESES	INDICE	VAR. % NO MÊS	VAR. % 12 MESES	INDICE	VAR. % NO MÊS	VAR. % 12 MESES	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (Cr\$)	ALÍQUOTA (%)
JUN/91	3.393,39	9,78	377,84	3.125,28	9,86	341,19	201,78	10,83	364,30	ATÉ 638.052,75	8
JUL/91	3.776,84	11,30	377,80	3.526,20	12,83	340,60	226,28	12,14	362,32	DE 638.052,76 ATÉ 1.063.421,25	9
AGO/91	4.321,46	14,42	347,94	4.072,38	15,49	350,59	261,62	15,62	376,49	DE 1.063.421,26 ATÉ 2.126.842,49	10
SET/91	5.021,97	16,21	360,13	4.731,87	16,19	368,65	302,49	15,62	382,17		
OUT/91	6.286,00	25,17	397,24	5.957,42	25,90	416,85	366,25	21,08	410,19		
NOV/91	7.882,02	25,39	425,88	7.489,05	25,76	453,19	455,99	26,48	443,26		
DEZ/91	9.714,58	23,25	458,64	9.146,88	22,14	480,18	575,10	24,15	475,10		
JAN/92	12.229,68	25,89	481,09	11.602,00	26,84	513,59	724,17	25,92	498,74		
FEV/92	14.867,63	21,57	486,05	14.478,60	24,79	532,27	901,45	24,48	520,06		
MAR/92	18.099,86	21,74	563,81	17.475,82	20,70	611,59	1.096,34	21,62	574,39		
ABR/92	22.213,95	22,73	660,04	20.716,27	18,54	675,75	1.324,82	20,84	676,29		
MAI/92	27.218,76	22,53	780,56	25.366,26	22,45	791,69					
JUN/92	33.329,37	22,45	882,19	30.798,76	21,42	885,47					
JUL/92	40.361,86	21,10	968,67	37.497,61	21,69	962,89					

TABELA DO IRRF AGOSTO/92		
BASE DE CÁLCULO (Cr\$)	ALÍQUOTA (%)	DEDUÇÃO (Cr\$)
ATÉ 2.546.390,00	ISENTO	
DE 2.546.390,00 A 4.965.461,00	15	381.959,00
ACIMA DE 4.965.461,00	25	878.505,00

BTNF + TRD/POUPANÇA - AGOSTO/92					
DIA	BTNF	POUPANÇA	DIA	BTNF	POUPANÇA
01	2.350,5366	24,3084	16	2.594,0759	23,9493
02	2.350,5366	23,1685	17	2.594,0759	22,8067
03	2.350,5366	22,0391	18	2.620,1979	22,9000
04	2.373,6384	22,1084	19	2.646,6536	24,1409
05	2.396,9672	23,3085	20	2.673,3051	25,3910
06	2.420,5253	24,5205	21	2.700,2249	25,4861
07	2.444,3150	24,5912	22	2.727,4158	25,5814
08	2.468,3385	24,6620	23	2.727,4158	24,4238
09	2.468,3385	23,5189	24	2.727,4158	23,2768
10	2.468,3385	22,3862	25	2.754,8805	23,3704
11	2.492,8516	22,4682	26	2.782,6217	24,6127
12	2.517,6082	23,6845	27	2.810,6423	25,8676
13	2.542,6106	24,9128	28	2.838,9451	25,9631
14	2.568,2143	25,0076	29	2.867,5329	23,8361
15	2.594,0759	25,1025	30	2.867,5329	23,8361
			31	2.867,5329	23,8361

TAXA REFERENCIAL DE JUROS (TR)/UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA (Ufir)					
AGO/92	T.R.D. ÍNDICE ACUMULADO NO ANO	Ufir VALOR (Cr\$)	DIA	T.R.D. ÍNDICE ACUMULADO NO ANO	Ufir VALOR (Cr\$)
			16	20,4479974	2.794,61
			17	20,4479974	2.794,61
			18	20,6539059	2.821,63
			19	20,8624455	2.848,91
			20	21,0725274	2.876,45
			21	21,2847248	2.905,74
			22	21,4990590	2.935,33
			23	21,4990590	2.935,33
			24	21,4990590	2.935,33
			25	21,7155515	2.965,23
			26	21,9342240	2.995,43
			27	22,1550986	3.025,93
			28	22,3781973	
			29	22,6035427	
			30	22,6035427	
			31	22,6035427	

REAJUSTE DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO						
PERIODICIDADE	AGOSTO/92					
ÍNDICES DE REAJUSTE	MENSAL	BIM.	TRIM.	QUAD.	SEM.	ANUAL
IPC/FIPE	21,10	48,29	81,70	123,00	230,03	968,67
IGP-DI/FGV	21,69	47,76	80,92	114,47	223,04	962,89
IGP-M/FGV	21,84	50,61	81,36	117,52	237,61	952,36
IPC/FGV	20,45	48,29	82,59	119,29	228,32	828,02
INPC/IBGE						
TR	23,69	49,73	79,39	117,20	239,04	1.016,56
ISN (*)						

SALÁRIO FAMÍLIA					
SET/OUT/NOV/DEZ - 91		JAN/FEV/MAR/ABR - 92		MAI/JUN/JUL/AGO - 92	
ATÉ 126.000,60	3.360,02	ATÉ 276.978,83	7.386,11	ATÉ 638.052,75	17.014,76
ACIMA DE 126.000,60	420,00	ACIMA DE 276.978,83	923,26	ACIMA DE 638.052,75	2.126,84

LIVIMENTO

# um novo centro

consolida a infra-estrutura para a implantação do projeto *Ágora*, e considerado a grande obra da atual administração, "a marca de obras estão sendo conduzidos pela Prefeitura de Maringá, Urbanização de Maringá S/A



Paulo Magalhães (Promenge) e Francisco Felo Ribeiro, ladeados pelos diretores da Urbamar.



Prefeito Ricardo Barros, Ingazinho, Miro Falkemback e 1ª Dama, Cida Borghetti

etapa, a Avenida projetada. As avenidas Herval e Duque de Caxias fazem a ligação entre o centro da cidade e a Zona Norte, desafogando outras artérias que já estavam saturadas, tanto em fluxo de trânsito como em comércio e serviços. São importantes não apenas em função do "novo centro", mas por permitirem a reintegração urbana da cidade, no sentido Norte-Sul.

**Projeto de Niemeyer** – O "novo centro" de Maringá é um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, o mais importante urbanista

## constróem essa obra

O novo centro de Maringá é uma obra que está sendo implantada pela Prefeitura de Maringá, através da Urbamar – Urbanização de Maringá S/A., que é uma empresa pública municipal. O prefeito Ricardo Barros foi diretor técnico da Urbamar, antes de eleger-se prefeito de Maringá.

Atualmente a diretoria da Urbamar é composta por Luiz Turchiari Júnior (diretor presidente), Diniz Afonso (diretor técnico) e Paulo Trisóglgio do Nascimento (diretor financeiro). Na foto, a diretoria da Urbamar com o prefeito Ricardo Barros, na oportunidade da inauguração do prolongamento da Avenida Duque de Caxias, no dia 25 de agosto.

brasileiro, reconhecido internacionalmente, com obras de grande repercussão em vários países. Niemeyer batizou o projeto como "Ágora", denominação que acabou rejeitada pelo grande público, que passou a preferir o simples "novo centro".

O projeto de Oscar Niemeyer divide a área disponível em três grandes superquadras, de aproximadamente 50 mil metros quadrados cada uma. Nas duas superquadras laterais serão implantadas oito torres residenciais de 15 pavimentos e duas torres comerciais (provavelmente hotéis) de 20 pavimentos. Na superquadra central estão previstos uma biblioteca informatizada, um sistema informatizado de informações de mercado, equipamentos urbanos e comunitários, sobretudo de caráter cultural, e lojas de conveniência, com previsão de funcionamento 24 horas por dia. Haverá ainda uma edificação baixa, de lojas e escritórios modulados, ao longo da linha férrea, praticamente ocultando-a dos transeuntes. Todas as edificações comerciais e residenciais serão implantadas pela iniciativa privada, que adquire as projeções e executa as obras conforme sua conveniência, respeitando as diretrizes técnicas e arquitetônicas do projeto global.

Cem mil pessoa por dia – O novo centro



Prolongamento da avenida Duque de Caxias

de Maringá futuramente estará integrado a um grande terminal de transportes coletivos metropolitanos. Deverá haver a integração entre o transporte coletivo rodoviário (ônibus) e o transporte ferroviário de massas (trens de passageiros) que servirá a região metropolitana de Maringá, de Paiçandu a Marialva. Estima-se que 50 a 70 mil pessoas por dia utilizarão esse sistema integrado, transitando pelo novo centro.

Esse movimento de passageiros, mais o movimento natural de transeuntes e outras pessoas com atividades no centro de Maringá – permanentes ou eventuais – deverão gerar um trânsito de pessoas na ordem de 100 mil pedestres por dia, naquela área. Em face desse potencial de consumo e atividades econômicas, a Urbamar não está encontrando dificuldades para comercializar os terrenos e as projeções de edificações no novo centro de Maringá. Já foram alienadas áreas entre a Avenida Projetada e a Avenida Prudente de Moraes, na face Norte do terreno, e agora estão em licitação terrenos ao longo da Avenida Tamandaré, na face voltada para o centro nobre da cidade. A próxima fase será a venda das projeções das edificações comerciais e residenciais previstas no projeto principal que será implantado nas três superquadras centrais em que foi subdividido o terreno.



# Fernando Raimundo é premiado

*Em sua 13ª edição, o prêmio Comerciante do Ano entrega a medalha do Mérito Comercial a mais um empresário. Foi no dia 24 de julho, no Maringá Clube*

O empresário Fernando Vieira Raimundo, da Expoluz, foi eleito Comerciante do Ano pelo Sindicato do Comércio de Maringá. Além de fazer parte da diretoria daquela entidade, Fernando é também diretor de Eventos e Promoções da Associação Comercial e Industrial de Maringá. Uma comissão, formada por jornalistas e empresários que receberam o prêmio em anos anteriores, elegeu Fernando.

A solenidade de entrega do prêmio aconteceu no Maringá Clube, dia 24 de julho. Estiveram presentes autoridades – entre elas o prefeito Ricardo Barros e o presidente da Câmara Marco Rocha Loures – empresários e representantes de entidades de Maringá. O presidente da ACIM, Massao Tsukada também participou da solenidade.

O presidente do Sincomm, Luiz Júlio Bertin, em seu pronunciamento, defi-

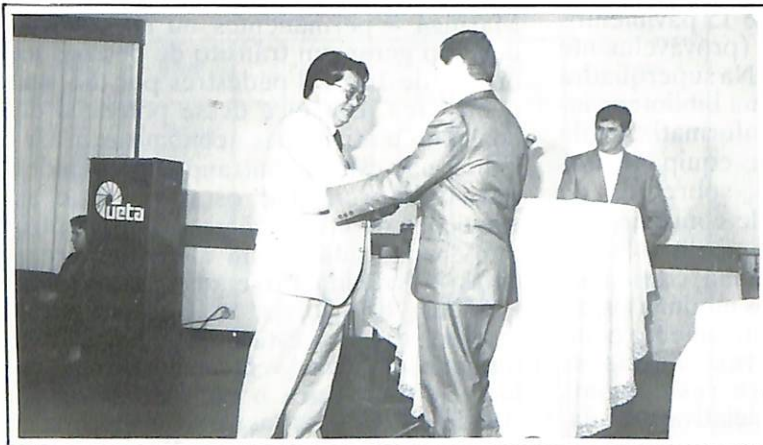
niu o comércio como “um termômetro da economia do país”. Ele ressaltou que só com a estabilização do poder aquisitivo do trabalhador, o comércio poderá voltar a ter dias melhores. Bertin alegou que, com a crise econômica, cada vez mais os empresários precisam ter versatilidade. “A criatividade tem se manifestado como nunca. O comerciante é um sobrevivente”, lembrou. “Com este prêmio, Fernando Raimundo personifica o empresário que não se deixa abater”.

**UNIÃO DE FORÇAS:** Fernando Vieira Raimundo recebeu a medalha do Mérito Comercial das mãos do vice-presidente do Sincomm, Antonio Carlos Kagueyama. Depois o empresário falou aos presentes. Fernando agradeceu a homenagem e afirmou que “o fato de ter recebido esta distinção aumenta minha responsabilidade em continuar trabalhando pela comunidade e lutan-

do pelos interesses da classe empresarial”.

Raimundo atribuiu o prêmio a um “trabalho de união de forças, num espírito de equipe que congrega companheiros empresários e conta com a colaboração dos funcionários que compõem o quadro das entidades das quais participo”. Agradecendo a atuação de todos os que trabalham com ele Fernando ressaltou que os recursos humanos numa equipe são mais importantes ainda que os recursos materiais. “Este é um fator determinante para o nosso sucesso empresarial”.

Fernando Raimundo finalizou o discurso agradecendo seus familiares, “que têm passado por momentos de sacrifícios da convivência familiar”, e aos pais, que vieram de Londrina para assistir à entrega do prêmio. Depois da solenidade de entrega do prêmio Comerciante do Ano, foi servido um jantar para os presentes.



Fernando recebeu a medalha do vice-presidente do Sincomm



Fernando: “Trabalho de união de forças”

- Quadros de Distribuição de Luz e Força
- Caixas de Gás
- Caixas Padrão Sercomtel e Telebrás
- Painéis Elétricos
- Caixas Seccionadoras Padrão Copel

# IN PÁ

Aceitamos qualquer tipo de projetos de quadros para fabricação sob encomenda.

INDÚSTRIA ELETRO MECÂNICA PARANÁ LTDA.

RUA MANAUS, 51 – FONES (0432) 22-3683, 24-5485 e 24-6244 – LONDRINA - PR

# A idéia é uma luz.



Maurício Borges



A palavra crise no vocabulário japonês, é formada pelos ideogramas: *Risco + Oportunidade*, pois é nela que surgem os grandes negócios e a falência de outros. Por esse motivo fica fácil entender porque muitos empresários, mesmo na mais dura crise, conseguem alcançar excelentes resultados. São pessoas como Fernando Vieira Raimundo, "O Comerciante do Ano", que, com idéias arrojadas, muito trabalho e dedicação, fazem da crise apenas uma palavra a mais no dicionário. Pessoas como Fernando conseguem enxergar a luz no fim do túnel e torná-la uma feliz realidade.

*Parabéns  
Fernando Vieira Raimundo!*

 **EXPRESSO MARINGÁ  
TRANSPORTES LTDA**

CARGAS E ENCOMENDAS

ATENDEMOS  
PARANÁ  
SÃO PAULO  
MATO GROSSO  
MATO GROSSO DO SUL



**POSTO MALUF**

SARRÃO E SARRÃO LTDA.



GOL PROPAGANDA

  
**EDITORA  
ORGANSIL**

# Economia com tranquilidade

*Preocupada com a manutenção dos caminhões de sua marca, a Mercedes-Benz do Brasil lança o Programa de Assessoramento ao Frotista. A Toyo Diesel de Maringá é uma das primeiras concessionárias da rede a oferecer o serviço*

No Brasil que busca a modernidade e que luta para chegar ao ano 2000 mais próximo do fechadíssimo grupo dos países desenvolvidos, as portas estão fechadas para empresas que persistem em deixar de lado a especialização de seus serviços. Jamais a idéia de que cada empresa deve se especializar naquilo que sabe fazer bem foi tão importante quer seja no comércio, na indústria, ou na prestação de serviços.

Como diz Cláudio Wahba – um dos defensores da terceirização no Brasil –

o empresariado deve concentrar esforços no tipo de produto em que é especializado. “Os serviços paralelos devem ser fornecidos por terceiros. Além do mais, comprar de empresas especializadas tudo o que é complementar sai mais barato”, afirma. A opção de comprar serviços de terceiros chega ao país com certo atraso, mas já cativa grande parte do empresariado nacional.

**INOVAÇÃO:** Os empresários estão se conscientizando de que é preciso direcionar todos os esforços em um só sentido. Até mesmo as grandes indústrias estão buscando um novo filão com a tendência e as vantagens da terceirização. É o caso da Mercedes-Benz do Brasil, a líder na produção e comercialização de caminhões – a empresa detém 44% do mercado nacional. Através de suas concessionárias, a Mercedes lançou um tipo de atendimento que permitirá uma assistência completa ao frotista, desde a assistência técnica, até orientações sobre a gestão da frota.

Dentro desta proposta a rede de concessionárias Mercedes-Benz do Brasil passou a desenvolver o Programa de Assessoramento aos Frotistas. O projeto se baseia no fato de que, sendo o caminhão



Ronaldo dos Santos: “Programa para longo prazo”

responsável pela movimentação de mais da metade da produção brasileira, as boas condições de operação dos veículos são fundamentais para manter o funcionamento da economia.

O Programa de Assessoramento aos Frotistas atende a solicitações dos clientes que buscavam soluções para eventuais problemas com seus veículos na concessionária. Além disso, não é compensador para o frotista, na maioria dos casos, manter uma oficina própria. Criado há mais de 15 anos, o projeto passou por uma reformulação em 1992. A nova proposta é que os próprios concessionários busquem o contato com as empresas para conhecerem mais de perto seus problemas e suas necessidades.

Para dar apoio ao projeto, foi criada na fábrica uma divisão exclusiva para tratar dos assuntos levantados pelos assessores. O objetivo é evitar ou diminuir o tempo de paralisações de veículos, ocasionadas por problemas de manutenção ou eventuais defeitos. Dentro do programa os frotistas recebem desde a orientação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, até propostas de como utilizar melhor sua frota, reduzindo custos operacionais.

**MARINGÁ:** A princípio a nova etapa do projeto está em operação em cerca de 15% da rede de concessionárias Mercedes-Benz, hoje com mais de 350 pontos de atendimento distribuídos pelo território nacional. Uma das concessionárias escolhidas para integrar o programa foi a Toyo Diesel Veículos de Maringá, empresa do grupo Mesbla, com sede no Rio de Janeiro. A Toyo Diesel Veículos foi escolhida pela importância da empresa, e por estar localizada próxima a centros produtores que utilizam o caminhão em grande

escala.

Segundo o gerente da agência da Toyo Diesel, Ronaldo dos Santos, o Assessoramento aos Frotistas foi implantado em Maringá em maio deste ano, com a contratação de um profissional exclusivo para atuar no projeto. “Nós fomos um dos primeiros a entrar em operação”, lembra. Apesar de estar há pouco tempo em funcionamento, o programa começa a dar os primeiros resultados. “São números ainda insignificantes em termos estatísticos. Mas estão dentro da expectativa, porque este é um programa para longo prazo”, avalia.

Entre as vantagens do projeto enumeradas pelo gerente, está a relação custo-benefício dos serviços prestados pelas concessionárias. “Utilizando o programa, o frotista poderá economizar o que investiria em recursos humanos, ferramentas e peças em sua oficina. Recursos que poderiam ser aplicados na ampliação da frota”. Na opinião de Ronaldo, o dono de transportadora deve se preocupar em reduzir o custo tonelada por quilômetro rodado, que é a sua fonte de renda, e deixar para as concessionárias o trabalho de manutenção de seus veículos.

# Centro de serviços para fax e micros

Fotos: Takeo Estúdio

A Memória – Centro de Serviços notabilizou-se em todo o Norte e Oeste do Paraná como empresa prestadora dos serviços IBM. A qualidade dos serviços técnico que presta a fez merecedora, por cinco vezes do prêmio “Excelência Técnica IBM”, entre as empresas de assistência técnica IBM do Norte e Oeste do Paraná.

Agora essa qualidade de serviços está sendo colocada à disposição do mercado também nas áreas de assistência técnica em aparelho fac-símile (fax) e em microcomputadores. “Temos um nome sedimentado em assistência técnica de máquinas de escrever manuais, elétricas e eletrônicas. Agora estamos em condições de oferecer serviços completos, desde calculadoras de mesa e máquina de escrever manuais, até os modelos mais avançados de computadores, como a linha PS-2 da IBM, a nova tecnologia na área, lançada há menos de dois meses”, diz o diretor-proprietário, Robson Gonçalves.

A Memória – Centro de Serviços está concentrando seus esforços na qualidade dos serviços prestados às empresas de todos os portes. A assistência técnica pode ser prestada



Memória: Novo conceito em assistência técnica



Assistência técnica em equipamentos de última geração

por contrato de manutenção, com custo fixo mensal, ou por atendimento avulso, mediante orçamento caso a caso. “Em qualquer das formas, o prazo máximo de atendimento é de 4 horas, e o serviço é quase sempre feito na própria empresa”. Segundo Robson, raramente existirá necessidade de remoção do equipamento ou parte dele para reparos na oficina da Memória. Nesse caso a empresa tem um sistema modulado de reposição, pelo qual o módulo em pane é substituído, e o cliente não precisa paralisar os serviços enquanto aguarda o conserto.

A rapidez e a eficiência são os diferenciais de mercado da Memória – Centro de Serviços. Além do atendimento para verificação de panes ou defeitos ser praticamente imediato, a empresa fornece o orçamento via fax em menos de uma hora após a

verificação do equipamento pelo técnico. A Memória tem sete especialistas em assistência técnica, e sempre haverá um disponível para iniciar imediatamente o serviço de interesse do cliente. “Temos condições também de fazer os reparos à noite ou nos fins de semana, nos casos em que cliente preferir assim, para não prejudicar serviços durante o expediente”, diz Robson Gonçalves.

**EQUIPAMENTOS E PEÇAS** – A Memória – Centro de Serviços tem estoque de peças de reposição para microcomputadores, aparelhos de fax, máquinas de calcular, impressoras matriciais e laser e máquinas de escrever de todos os tipos. Atende com serviços e peças todas as marcas de equipamentos de escritório, inclusive importados. “No caso de não haver a peça disponível em Maringá, temos estrutura para obtê-la em curtíssimo prazo, mesmo no exterior”, afirma o diretor-proprietário da Memória – Centro de Serviços.

A empresa é distribuidora de suprimentos Updating para o Norte do Paraná. É distribuidora também de estabilizadores e “no breakers” Kron, além de ser revendedora e prestar serviços de manutenção para equipamentos de Fax Nilmar, HP – Hewlett Packard e Computex.

A Memória – Centro de Serviços tem entre seus clientes tradicionais as mais importantes organizações de Maringá e da região, na área de assistência técnica em equipamentos IBM, aparelhos de fax e microcomputadores. Entre eles a Universidade Estadual de Maringá, a Cocamar, a Coamo e a Prefeitura de Maringá.

## Atualização técnica permanente

Uma das características marcantes da Memória – Centro de Serviços é a atualização permanente de seus técnicos com todos os lançamentos e suprimentos na área de informática. “É um setor dinâmico, com lançamentos importantes praticamente todos os meses. O acompanhamento dessa velocidade é importante, e investimos maciçamente em cursos e seminários para nossos técnicos, porque entendemos que só assim teremos condições de oferecer assistência técnica e assessoria com a qualidade e a segurança que o mercado exige”, diz Robson.



**Memória**  
CENTRO DE SERVIÇOS

Rua Santos Dumont, 1230

Telefax: (0442) 23-0151 – Cep 87050-100 – Maringá – Pr.



Updating



**milmar**  
automação de escritório



**HEWLETT  
PACKARD**

# Empresários querem fim da recessão

*Reunidos no VII Congresso Nacional de Associações Comerciais, empresários de todo Brasil debateram o momento político e econômico do país. A reforma constitucional foi o tema mais discutido*

Nos dias 13 e 14 de agosto foi realizado em Blumenau o VII Congresso Nacional de Associações Comerciais e Industriais, uma promoção do Conselho Nacional de Associações Comerciais – Conasc – e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. O Congresso reuniu mais de 300 empresários e representantes de Associações e Federações de todo o país.

Durante dois dias os participantes assistiram a conferências com personalidades de renome, como os ex-deputados Guilherme Afif Domingos e Plínio de Arruda Sampaio, os professores Bolivar Lamounier e Aspázia de Camargo, e o ministro Jorge Bornhausen. O tema do Congresso foi “Brasil – As grandes transformações”, abordado sob os mais diversos aspectos pelos conferencistas e debatedores. O Congresso foi dirigido pelo presidente do Conasc, Cesar Rogerio Valente.

A delegação do Paraná foi uma das mais numerosas. Além do presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, Massao Tsukada, participaram os presidentes das Associações de Umuarama, São José dos Pinhais, Paranaguá, Guarapuava, do Paraná, Ponta Grossa e Lapa. O presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná, Werner Schrappe, também esteve presente e foi um dos debatedores do Congresso.

**DÉCADA PERDIDA:** A palestra que abriu o Congresso foi do presidente do Conasc, Cesar Valente, que falou sobre “Brasil e as transformações necessárias”. Valente lembrou que o país está em crise há duas décadas. “A primeira delas perdemos literalmente, e agora corremos o risco de perder também a segunda”, argumentou, numa crítica à atitude do Congresso Nacional, que “virou as costas para a crise econômica e parou o país para investigar casos que são obrigação



da polícia”.

Ainda sobre as denúncias de corrupção que assolaram o país, Cesar Valente afirmou que “os indícios são de que o presidente falhou e falhou muito”. Mas para ele, não basta mudar o presidente para que os problemas sejam resolvidos. O presidente do Conasc acredita na força de uma mobilização de todos os setores, para a confecção de uma legislação mais adequada à realidade do Brasil. A oportunidade para a mobilização e discussão destas leis, segundo Valente, está na reforma constitucional prevista para 93, um dos temas mais discutidos durante o Congresso de Blumenau.

A apresentação dos outros conferencistas foi dividida em painéis, em que foram abordados diversos aspectos ligados às transformações por que passa o Brasil. O professor Bolivar Lamounier falou sobre os aspectos político-institucionais da reforma constitucional, ressaltando que será “quase uma Constituinte”. Por este motivo, segundo ele, é necessária muita reflexão sobre as medidas que serão adotadas para se chegar a um consenso. Caso contrário, na opinião do professor, “o país não terá saída”.

**DERRUBAR ESTEREÓTIPOS:** Os outros palestrantes – o jurista Carlos Rocca, a advogada Solange Martins e o

ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio – trataram dos aspectos econômico-tributários e direitos sociais. A palestra do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio foi a mais aplaudida do primeiro dia dos debates. Esta foi a primeira vez que um representante do Partido dos Trabalhadores participou de um Congresso Nacional de Associações Comerciais.

O ex-deputado falou sobre a mudança que está sendo desencadeada na relação capital-trabalho neste momento no Brasil.

Com uma palestra prática e direta, Plínio colocou aspectos que considera essenciais para que o país retome seu crescimento. “O convívio entre as diferentes percepções da realidade nacional é fundamental para nossa sobrevivência”, afirmou Plínio, acrescentando que é preciso derrubar os estereótipos que sempre existiram na relação trabalhador-empresário, “para que as duas partes passem a falar como brasileiros”.

O ex-deputado do PT colocou que é necessário repensar a relação capital-trabalho para que o país entre na modernidade. “Estamos com 20 anos de atraso em relação à terceira Revolução Industrial, que é a revolução da eletrônica e da biotecnologia. Se não nos integramos a ela, vamos regredir”, alertou. E para ele o único caminho para esta integração passa pelo estabelecimento de uma parceria entre trabalhador e empresário, que são as forças produtivas do país.

**DISCURSO ANTIGO:** O segundo dia de palestras foi marcado pela presença da professora Aspázia de Camargo, que falou sobre “A participação do empresário no processo de transformação”, e do ex-deputado Guilherme Afif Domingos, que fizeram as principais palestras. Aspázia explicou que o Brasil está vivendo o esgotamento de um modelo construído nos últimos 60



**Conferencistas de renome participaram do Congresso Nacional**



**O ministro Jorge Bornhausen encerrou o Congresso**

anos, com o desmantelamento do Estado corporativo. “E o empresário que cresceu à sombra deste Estado corporativo está pagando um alto preço”, ressaltou.

Para ela, o empresariado perdeu seu espaço de representatividade porque cometeu dois erros básicos. O primeiro deles, segundo a professora, foi ter colocado o trabalhador como inimigo, e não como aliado. O segundo, foi uma participação política equivocada, “que se baseou num discurso velho, em defesa de interesses restritos”. O empresário só poderá recuperar seu espaço político, segundo ela, a partir de um novo discurso político e no momento em que enxergar no trabalhador um parceiro.

O ex-deputado federal Afif Domingos – que foi também presidente da Associação Comercial de São Paulo – ressaltou que, neste momento de crise, a discussão de três grandes temas é essencial para que as mudanças possam acontecer. O primeiro deles é uma ampla reforma política. O segundo é uma reforma fiscal efetiva, e não “de emergência”. E, depois, uma reforma previdenciária, que Afif considera a “mola-mestra do capitalismo humanizado e de massas no Brasil”.

Depois da última palestra do dia, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, falou aos congressistas. Sua presença era aguardada com expectativa, mas o que o ministro falou não trouxe novidades. Bornhausen queixou-se da “dificuldade da missão” de seu cargo e, em essência, fez uma defesa aberta do presidente nas denúncias de corrupção investigadas pela CPI. Ele afirmou estar no governo “para preservar um programa eleito por 35 milhões de brasileiros” e que os que defendem o impeachment do presidente Collor “querem ir contra quem está a favor da modernização do país”.

**CARTA DE BLUMENAU:** O Congresso foi encerrado com a leitura da

Carta de Blumenau, o documento redigido a partir das discussões realizadas nos dois dias. Nela os empresários assumiram as conclusões do Congresso e ressaltaram que “as Associações Comerciais do Brasil esperam dos poderes constituídos a apuração dos fatos e punição dos culpados” nas denúncias de corrupção que abalaram o governo. O documento é finalizado com um clamor dos empresários, pedindo o fim da recessão, da corrupção, da impunidade e do “aproveitamento da crise para fins pessoais, políticos e eleitorais”.

Para o presidente da Associação

Comercial e Industrial de Maringá, Massao Tsukada, o debate dos empresários foi fundamental para que as Associações Comerciais possam participar de forma mais marcante nas decisões nacionais. Massao acredita que, com os temas que foram discutidos durante o Congresso, as entidades empresariais de todo o Brasil puderam tomar decisões firmes em relação à atual crise vivida pelo país, tanto na área econômica quanto política. “As Associações Comerciais são as entidades mais representativas do país. É através delas que o empresariado poderá desempenhar seu papel num momento tão delicado da vida nacional”.

# Dois endereços para você comprar melhor.

*Avenida das Palmeiras, 356*

*Fone: 28-1109*

*Parque das Palmeiras - Maringá*

*Avenida Brasil, 2599*

*Fone: 22-9986*

*Vila Operária - Maringá*

**VOCÊ É O NOSSO MAIOR COMPROMISSO**



**SUPERMERCADOS SÃO FRANCISCO**

# Empossada nova diretoria

*Nova diretoria da FACIP toma posse, tendo o combate à corrupção e aos desmandos no país como uma bandeira de luta*

A primeira diretoria eleita da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná – FACIP – tomou posse no dia 12 de agosto em Curitiba. A cerimônia foi no Buffet Mansão da Glória e contou com a presença de cerca de 200 pessoas, entre autoridades, presidentes de Associações filiadas à FACIP, presidentes de Federações de outros estados, e o presidente do Conselho Nacional de Associações Comerciais – CONASC –, César Rogério Valente.

Esta é a primeira diretoria eleita em 33 anos de existência da FACIP. Fazem parte da diretoria os empresários Werner Schrappe, na presidência; Luiz Antônio Pagot, na vice-presidência; Alcy Antônio Marochi, na tesouraria; e Massao Tsukada, na secretaria. Outra novidade desta diretoria é o fato de que, pela primeira vez, apenas o presidente é de Curitiba. Os outros diretores são do interior do estado.

Para o presidente empossado, esta nova fase na vida da Federação teve um bom começo. “A presença de quase duas centenas de pessoas na posse comprova que o empresariado está consciente de seu papel na sociedade organizada”. Por isso, acrescentou Schrappe, o Paraná quer estar presente no processo de decisões do país.



**Schrappe: “O empresário está consciente de seu papel na sociedade organizada”**

Seguindo esta postura o presidente da FACIP, criticou os desmandos do governo e a conivência com a corrupção, falência da previdência, tráfico de influência, irregularidades em órgãos como a LBA, entre tantas outras denúncias que deixaram os brasileiros

perplexos. Schrappe afirmou também que o empresariado e a sociedade não podem deixar passar em branco este momento, sem fazer críticas e lutar contra os desmandos e a corrupção.

O presidente da FACIP lembrou ainda da necessidade da união de todos para superar este momento de crise política e econômica. Ele conclamou os trabalhadores – que estavam representados na solenidade pelos presidentes da Força Sindical do Paraná e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná – a continuarem atuando em parceria com a Federação.

Na opinião do novo secretário da FACIP e presidente da ACIM, Massao Tsukada, o envolvimento das Associações nas decisões nacionais, em parceria com os trabalhadores, é fundamental para a sobrevivência do sistema. “Devemos exigir e cobrar atitudes sérias dos nossos governantes e legisladores”. De Maringá esteve presente na posse, além de Massao Tsukada, o primeiro vice-presidente da ACIM, Valdecir de Britto. Durante o almoço de confraternização, Maringá outra vez se fez presente. Os vinhos servidos aos presentes eram o Aljôfar e Porto Mouro, da Intervin, produtos genuinamente maringenses.

## Empresária assume ACP

*A empresária Maria Christina de Andrade Vieira foi empossada em 11 de agosto na presidência da Associação Comercial do Paraná, com sede em Curitiba. Maria Christina é a primeira mulher a presidir a entidade centenária dos empresários curitibanos. No discurso de posse, a presidente da ACP afirmou que a “tarefa imediata e mais importante” dos empresários é combater a corrupção.*

*Sem fazer ligação direta com as denúncias envolvendo o presidente Fernando Collor e o empresário alagoano*

*Paulo César Farias, Maria Christina deixou claro que os empresários devem exigir “o fim dos negócios escusos e da falta de ética”. Responsável pela área cultural do Banco Bamerindus e integrante da Associação de Mulheres de Negócios da ACP, Maria Christina acredita que competência “independe de sexo” e afirma que “é preciso acabar com os desequilíbrios regionais que existem no Paraná”. A posse da empresária foi uma das mais concorridas da história da entidade.*



**Maria Christina: “Fim dos negócios escusos e da falta de ética”**

# Abaixo das expectativas

*Indústrias de confecções de Maringá participam da I Mercosul Têxtil e criticam organização pela falta de divulgação da Feira e pelo reduzido número de compradores da Argentina, Paraguai e Uruguai*

As indústrias de confecções de Maringá foram as responsáveis pelo suporte da I Feira das Indústrias Têxteis do Mercado Comum do Cone Sul – a Mercosul Têxtil, realizada de 11 a 14 de agosto, no Centro Internacional de Convenções de Foz do Iguaçu. Estiveram presentes na Feira 14 indústrias de Maringá, 7 de Toledo, 2 do Rio de Janeiro, uma de Apucarana e outra de Ibitinga (SP).

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá, Sérgio Vendrameto, a presença de empresas maringaenses nestas feiras faz parte do projeto que busca novos mercados, adotado pela entidade. “Com o mercado interno desaquecido, o Sindicato de Maringá está trabalhando para dar condições às suas filiadas de irem buscar outros horizontes. E o mercado internacional é uma excelente opção”.

Como em outras feiras, as empresas expositoras contaram com a colaboração do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – SEBRAE-PR – para participar da Mercosul Têxtil. O SEBRAE colaborou com 20% do custo inicial do espaço adquirido pelas empresas. “O SEBRAE faz questão de estar presente nestas ocasiões. São oportunidades de troca de informações e de amadurecimento do empresariado”, diz Lourenço Fadel Filho, consultor do Serviço de Apoio e organizador dos stands de Maringá.

Além do apoio logístico do sindicato e técnico-financeiro do SEBRAE, as empresas receberam ajuda financeira da Prefeitura. Através da Diretoria de Desenvolvimento Econômico Regional, a Prefeitura arcou com 20% do custo inicial dos stands. Para o presidente do sindicato, a



**14 indústrias de Maringá participaram da Feira**

participação do SEBRAE e da Prefeitura foi fundamental para que as empresas pudessem participar da Mercosul Têxtil. **POUCAS VENDAS:** Apesar da expectativa em relação à presença de compradores dos países participantes do Mercosul – Argentina, Uruguai e Paraguai – o que se viu foi um grande número de empresários de outras regiões do Brasil. Para os expositores maringaenses faltou divulgação para que a Feira recebesse mais compradores de outros países.

Na opinião dos empresários as vendas ficaram abaixo das expectativas. “É um reflexo da falta de divulgação. Os preços dos stands foram altos e os organizadores não investiram o necessário em publicidade”, argumentou Sérgio Vendrameto. O presidente do sindicato avalia que, pela localização estratégica, Foz do Iguaçu teria condições de atrair mais compradores para a Mercosul Têxtil.

Se por um lado as vendas deixaram a desejar, por outro lado o contato entre empresários de várias regiões do Brasil foi importante para o intercâmbio do setor. “Muito tem se falado sobre a competitividade da indústria brasileira diante do Mercosul, e a nossa

presença na Feira foi fundamental para que saíssemos da teoria e fôssemos para a prática”, declara Fernando Ferraz, da Acolchoados Maringá, que expôs na Mercosul Têxtil.

Fernando Ferraz, que é também vice-presidente para Assuntos da Indústria da ACIM, acredita que o parque industrial do Brasil precisa apenas de pequenos ajustes em determinados setores para competir no Mercosul. A avaliação do empresário foi feita

depois dos contatos mantidos com colegas de outras regiões. “Para citar só um exemplo, Santa Catarina é o estado brasileiro com o maior índice de exportação per capita do país. Grande parte das exportações é da indústria têxtil e de confecções”.

A constatação do vice-presidente para Assuntos da Indústria da ACIM pode ser comprovada pela comercialização de máquinas realizada na Feira. São equipamentos de alto padrão tecnológico fabricados em São Paulo, Joinville e na Zona Franca de Manaus. Este setor comercializou cerca de US\$ 300 milhões, o que deixou os fabricantes de máquinas entusiasmados.

Um dos casos de vendas acima da expectativa ocorreu com a Nazareth Ltda, indústria familiar com tradição de 23 anos em São Paulo, que apresentou a máquina de tingimento modelo over flower – carro-chefe da linha de produtos – vendida a US\$ 56 mil preço FOB (posto no navio). Segundo o assessor técnico da empresa, Rogério Guardiã, a direção da Nazareth esperava ampliar as vendas rumo ao Mercosul, mas conquistou muitos clientes no Paraná – o estado tem mais de 130 indústrias têxteis – que é carente de tinturarias.

# O cenário do Mercosul

por Carlos Fernandes Duso

*"A formação de mercados amplos propicia o aumento do volume de produção, a implantação de uma economia de escala e a redução de custos pela livre circulação de produtos e matéria-prima. Isto leva as empresas a melhorarem sua eficiência"*

Durante décadas os países do Cone Sul mantiveram uma política de comércio voltada para os países do Primeiro Mundo. Ao mesmo tempo em que subsidiavam estas exportações, via incentivos fiscais, taxas de câmbio e outras isenções, mantinham entraves burocráticos, alfandegários e tarifários no comércio bilateral entre os países da América do Sul. Esta política visava basicamente proteger a nascente indústria local. O mercado comum do Cone Sul nasceu inspirado no sucesso do Mercado Comum Europeu, e na tendência natural de formação de grandes blocos econômicos mundiais (vide Canadá, USA, México e outros).

A formação de mercados amplos propicia o aumento do volume de produção, a implantação de uma economia de escala e a redução de custos pela livre circulação de produtos e matérias-primas. Isto leva as empresas a melhorarem sua eficiência produtiva, a reduzir perdas, e à capacitação tecnológica para competir também em nível mundial.

No tocante ao Mercosul, deve-se fazer algumas observações. O mercado para as empresas brasileiras amplia-se em 30%. O mercado para as empresas argentinas amplia-se em 500%. Para as empresas paraguaias e uruguaias, em 1.100%. A Argentina – grande produtora agrícola, especialmente no caso do trigo, com custos reduzidos devido à fertilidade, topografia e clima – deverá a médio prazo dominar o mercado.

No processo de integralização, as normas técnicas serão unificadas para definir os produtos oriundos de terceiros países e nacionalizados pelos países integrantes do Mercosul. Outros aspectos que devem ser considerados são as queixas de indústrias oligopolizadas,

de produtores ineficientes, protegidos por barreiras alfandegárias, a desativação de empresas com altos custos operacionais.

A estabilidade política, econômica e cambial dos países participantes é fundamental para a plena implementação do Mercosul. A variedade de custos de matérias-primas e serviços freqüentemente levará a acusações de dumping entre empresas concorrentes dos países integrantes do Mercosul.

Outro ponto importante é quanto ao nível de segurança e do efetivo cumprimento das leis de cada país. O Paraguai até hoje não cumpre as normas sobre legalização e licenciamento de veículos brasileiros que adentram por vias ilegais em seu território. Bastaria o cumprimento da Ata de Entendimento, já assinada por ambos os países há mais de 3 anos, para que acabasse a entrada de veículos roubados do Brasil. Isto é muito mais barato do que manter a gigantesca e ineficiente estrutura de repressão mantida pelo Brasil. É hora de a sociedade civil brasileira pressionar os políticos e o Ministério de Relações Exteriores para que seja finalmente cumprida a Ata de Entendimento. É oportuno colocar que este tipo de dificuldade não existe em relação a Argentina e Uruguai.

Dentro desta ótica é necessário que os empresários brasileiros analisem profundamente as características legais, trabalhistas e o "modus operandi" do Poder Judiciário, antes de lançar-se em atividades de expansão de seu mercado, constituição de "joint venture", estabelecimento de subsidiárias, distribuidores, etc.

Consideramos o prazo de im-

plantação de Tratado de Livre Comércio extremamente curto. Grandes dificuldades por certo ocorrerão, mas com certeza a vontade política e a capacidade de adaptação do nosso empresariado tornará esta tarefa menos árdua.

**Carlos Fernandes Duso é  
médico, empresário e  
Presidente do Conselho  
de Segurança de  
Foz do Iguaçu.**



**FAZENDO DO SEU INTERIOR  
UM TRABALHO DE ARTE**

- Vidro Comum
- Balcão de Vidro
- Molduras Diversas
- Box para Banheiro
- Painéis em Espelho
- Jato de Areia

**Projetos exclusivos  
para seu ambiente**

ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO

GARANTIMOS O SEU  
BOM GOSTO

**AKIVIDROS UZ A**

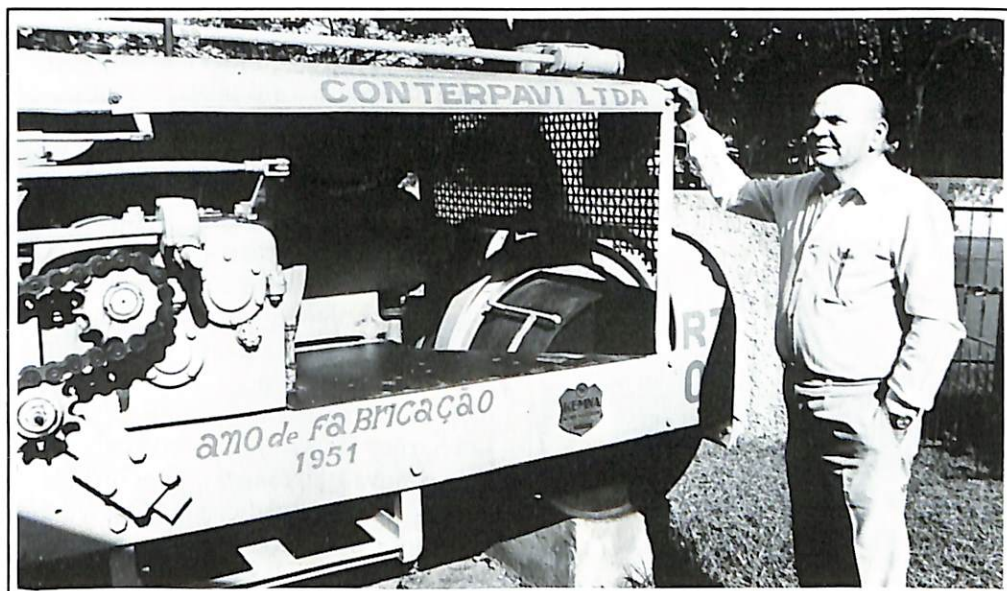
Av. Brasil, 5.681

**Vendas: (0442) 24-6531**

O ATENDIMENTO PERSONALIZADO  
QUE VOCÊ MERECE

# Do pó ao asfalto

*Giuseppe Leggi chegou ao Brasil em 1951, e em 1963 veio cobrar uma dívida do aluguel de um maquinário em Maringá. Ao chegar, recebeu uma proposta do prefeito da época, João Paulino, e resolveu ficar. Assim nasceu a Conterpavi, a mais antiga empresa de pavimentação da cidade*



Giuseppe Leggi e uma das primeiras máquinas da empresa

Se a história de grande parte das empresas de Maringá é marcada pelo acaso e pelo desprendimento de pessoas que acreditaram no potencial da gleba colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o surgimento da Conterpavi – Construções Terraplenagem e Pavimentações Ltda também traz esta marca.

Fundada em outubro de 1964 pelo italiano, natural de Roma, Giuseppe Leggi, a Conterpavi é a mais antiga empresa do setor em Maringá. Leggi nasceu na Itália em 1929. Quando resolveu vir para o Brasil, em 1951, cursava engenharia. Acompanhado de outros italianos, Leggi desembarcou no porto de Santos com o firme propósito de construir estradas e asfaltar ruas.

O primeiro passo do jovem empresário foi comprar algumas máquinas, em sociedade com companheiros de aventura, e começar a trabalhar. Passados alguns anos, Leggi alugou parte do seu patrimônio para a Sociedade Vicentina de Pavimentação, que executava obras no Paraná, em terras promissoras e que começavam a despertar interesse em

Paulistas, mineiros e gaúchos.

**COBRANÇA DE DÍVIDAS:** Assim em 1963, Leggi vem a Maringá pela primeira vez. A Sociedade Vicentina deixa de pagar o aluguel das máquinas e Leggi vem para cobrar os atrasados ou buscar os equipamentos. O primeiro encontro do empresário foi com o então secretário municipal, Ivo Geronazzo. Em seguida, Leggi conversou com o prefeito da época, João Paulino. Deste encontro surgiu a idéia da criação da Conterpavi.

Leggi lembra que o prefeito João Paulino o convenceu a deixar os equipamentos na cidade, argumentando que Maringá estava entrando numa fase muito importante de crescimento e desenvolvimento. Por este motivo seria necessário realizar muito trabalho de asfaltamento das ruas e avenidas. Hoje, depois de muito tempo, o empresário fala com orgulho das inúmeras obras realizadas pela Conterpavi em Maringá.

Entre elas estão o asfaltamento das principais avenidas, como a São Paulo e a Paraná; a duplicação da Colombo, com mais de 14 quilômetros de extensão; a abertura da Perimetral Jus-

celino Kubtscheck. Recentemente, a Conterpavi foi responsável pelas obras do novo terminal do “pool de combustíveis”, e executou a retirada do pátio de manobras da Rede Ferroviária do centro da cidade.

Ainda no novo centro, a Conterpavi trabalhou na abertura das avenidas Herval e Duque de Caxias, a última recém-inaugurada. Além disso, a empresa atua em outras cidades do Paraná e de outros estados do Brasil, principalmente em São Paulo. São obras de pavimentação asfáltica urbana e em rodovias; de combate à erosão; saneamento básico; aeroportos; exploração de pedreiras e construção civil em geral.

Para atender bem seus clientes, a Conterpavi sempre investiu em novas tecnologias. “Estamos sintonizados com os avanços conquistados pelos institutos de pesquisas”, diz Dionísio Arrias, diretor Administrativo-Financeiro da empresa e genro de Giuseppe Leggi. Há 14 anos na empresa, Arrias afirma que a Conterpavi utiliza as técnicas mais modernas em pavimentação asfáltica, como o asfalto usinado a quente.

**RECURSOS HUMANOS:** Outra preocupação da empresa são os funcionários. Segundo o diretor Técnico, Giuseppe Leggi Júnior, a empresa tem hoje cerca de 300 trabalhadores, que passam por cursos de reciclagem e treinamento periodicamente. “Temos aqui muitos filhos de pessoas que viram a empresa nascer. E, pelo visto, teremos os filhos dos filhos conosco também”, comenta orgulhoso Giuseppe Leggi Júnior, que está na empresa desde a época em que cursava engenharia.

A Conterpavi se preocupa também com sua memória. Logo na entrada da empresa está em exposição a máquina número três, um rolo compressor, que pode ser visto por todos os que visitam a sede. Dentro do escritório central, uma sala de reuniões guarda outras relíquias dos tempos de poeira de Maringá. Estão preservados o primeiro aparelho de telefone, a primeira máquina de datilografia, os dois vindos da Itália, e aparelhos de medição, usados pelos primeiros funcionários da Conterpavi.

Além da memória viva do início da empresa, a Conterpavi conta com um acervo de fotografias e de fitas de videocassete, que contam a história de uma empresa que nasceu da necessidade da cobrança de uma dívida e que executou mais de um milhão de metros quadrados de asfalto em Maringá.

# O empresariado e o incentivo à arte

por Eduardo de Oliveira Leite

Para mostrar ao mundo artístico brasileiro a excelência dos grupos de dança nacionais, Joinville sedia, desde 1982, o Festival de Dança que, agora, atingiu seu décimo ano de grande sucesso.

Esta década – que só honra a história da dança brasileira – foi comemorada de 17 a 28 de julho último, com a presença de 170 grupos e mais de 5 mil bailarinos.

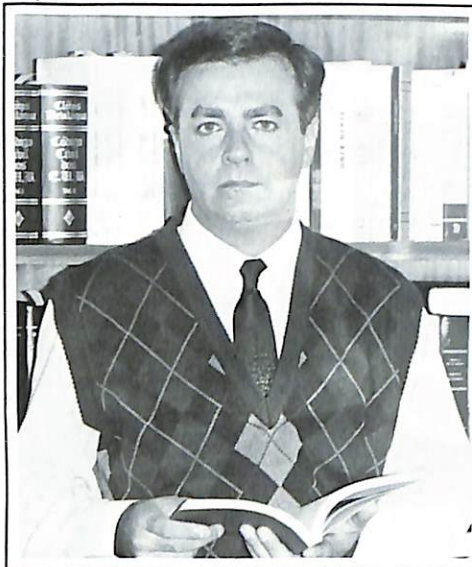
O Paraná, estado praticamente jovem e sem tradição cultural comparável ao eixo Rio-São Paulo, se fez presente com 13 grupos de dança, sendo alguns de Maringá, o que, por si só, já é imenso motivo de orgulho para os maringaenses.

O primeiro lugar de todo o Estado do Paraná não coube aos grupos de Curitiba, como se poderia imaginar num primeiro momento, mas foi merecidamente atribuído ao Grupo A.M.A – Academia Marcia Angeli, mais uma vez premiado no Festival “de nível internacional” (segundo a jurada Lydia Costalat, correspondente do jornal francês especializado em dança “Telex Danse”) “tamanho a organização e a qualidade das apresentações dos grupos, escolas e companhias de todas as modalidades”.

A Academia Marcia Angeli, de Maringá, já detentora de 9 premiações em seu respeitável currículo, concorreu em três modalidades: ballet contemporâneo, ballet moderno e ballet clássico, arrebatando em todas elas premiações do rigoroso júri composto de especialistas nacionais e de outros países.

Na modalidade clássica, categoria Junior II, Marcia Angeli obteve o 1º lugar (o único prêmio do Estado do Paraná) com a coreografia “Etudes” e música de Antonio Vivaldi, “Concerto para 4 violinos”.

O primeiro lugar, atribuído à coreografia “Etudes” pelos jurados presentes, consagrou o que já afirmáramos no ano passado, sobre o trabalho de



Marcia Angeli: é professora de primeiríssima qualidade, respeitada no ambiente artístico brasileiro pela seriedade de seu trabalho e agudo profissionalismo.

Vale ressaltar também que, além da conquista pessoal do consagrado grupo, a vitória neste e em outros Festivais demonstrou a enorme potencialidade de Maringá, elevando a arte maringaense e paranaense. Infelizmente, porém, o empresariado local parece ainda não ter dado o devido valor à promoção e ao estímulo à regionalização da produção cultural e artística, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais. Marcia Angeli foi e venceu. Sem nenhuma promoção privada ou qualquer subsídio municipal.

É hora do empresariado não só apoiar, como também valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores. É protegendo as expressões dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional, que este empresariado pode – e deve – guindar Maringá ao seu devido lugar de destaque nacional.

A lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet) prevê todo apoio e incentivo aos projetos culturais e artísticos (art. 9º), e a produção da dança é um dos itens previstos pela lei.

Além disso, tanto no art. 18, quanto no 25, do capítulo IV (Do Incentivo a Projetos Culturais) estão previstas participações das pessoas físicas e jurídicas relativamente “à opção pela aplicação de parcelas do Imposto de Renda a título de doações ou patrocínios”, a exemplo do que já ocorria na Lei Sarney (Lei nº 7.505 de 1986).

A nova Lei, renovando as disposições da antiga, prescreve no art. 26 que “o doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na Declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos da Lei, tendo como base os seguintes percentuais: 1) no caso das pessoas físicas, 80% das doações e 60% dos patrocínios; 2) no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, 40% das doações e 30% dos patrocínios.

Ou seja, o contribuinte do Imposto sobre a Renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir como despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos.

O que o empresariado maringaense está esperando? É hora da administração municipal e dos grupos privados saírem de seu inexplicável silêncio e omissão, investindo, com decisão e entusiasmo, em valores nossos, já consagrados pela crítica nacional e internacional.

**Eduardo de Oliveira Leite é advogado no Paraná**

# Você vai passar a melhor impressão a seus clientes.



Para vender uma idéia, um serviço ou um produto,  
você precisa causar ótima impressão junto ao consumidor.  
A Gráfica Boaventura imprime folders, folhetos, catálogos, volantes  
e todo tipo de impressos, com o melhor acabamento e qualidade máxima.  
Qualquer que seja a sua necessidade, consulte a Boaventura.  
Você vai ficar com a melhor impressão.

**GRÁFICA**  
**BOAVENTURA**

Rua. Néo Alves Martins, 1.124 - Fone: (0442) 26-5601 - Maringá - PR



# Faça parte deste projeto

No dia 04 de novembro estará sendo inaugurado em Maringá o **MERCADORAMA**. Um hipermercado com 7.300 m<sup>2</sup>, o maior do Estado do Paraná. Nele, o público contará com mais de 12.000 itens. Será, sem sombra de dúvida, um marco na história e nos conceitos de varejo do Noroeste do Paraná. Mas, o melhor de tudo, é que junto ao **MERCADORAMA**, existirão 54 lojas destinadas a vender todo tipo de produtos e serviços para um público de 12.000 consumidores/dia. Agora, pense bem: com tanta gente circulando e comprando todos os dias, não é um ótimo negócio ter uma loja aqui? É esta a oportunidade que estamos lhe oferecendo. Basta ligar para (0442) 23-2277 em Maringá ou (041) 233-3334 em Curitiba e marcar uma entrevista. Mas ligue logo, afinal são apenas 54 lojas. A participação do **MERCADORAMA** é garantia do sucesso do empreendimento.

## PONTOS DE REFERÊNCIA

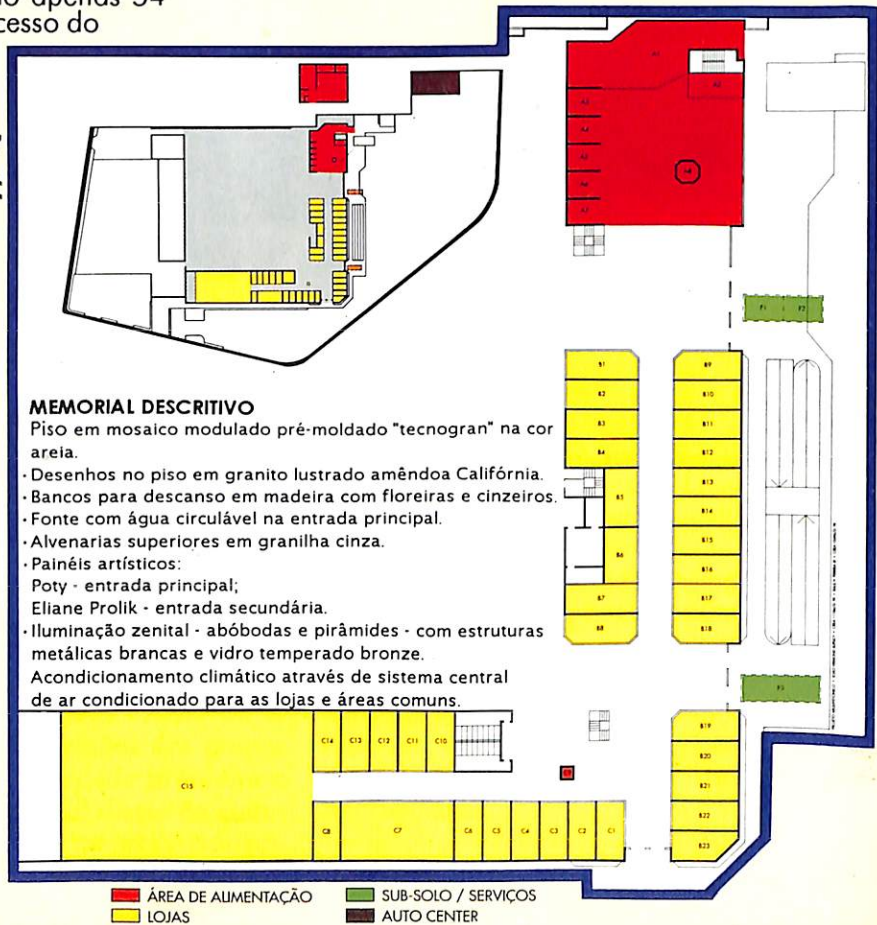
O **MERCADORAMA** está sendo construído na Avenida Tuiuti com Avenida Colombo, próximo ao centro, ponto privilegiado e convergente de grande fluxo de veículos, numa área construída de 48.000m<sup>2</sup>. Possui estacionamento para 1.000 veículos, sendo 600 vagas cobertas, e estacionamento para ônibus.



DISTÂNCIAS ENTRE MARINGÁ E (em Km)

APUCARANA.....	59
ARAPONGAS.....	74
ASTORGA.....	45
CAMBÉ.....	101
CAMPO MOURÃO.....	99
CIANORTE.....	101
FLORAI.....	50
FLORESTA.....	20
LONDRIINA.....	114
MANDAGUAÇU.....	15
MANDAGUAÍ.....	51
MARIALVA.....	10
NOVA ESPERANÇA.....	44
PAICANDU.....	15
PARANAVAI.....	67
ROLÂNDIA.....	89
SARANDI.....	10

# Mercadorama



CRECI 1116 - J

---

# Não corra riscos. Não perca dinheiro.

## Use o



# Vídeo-Cheque

**26-2299**

Rápido, simples, sem burocracia, nem constrangimento.  
O sistema Vídeo-Cheque da ACIM existe para dar mais tranquilidade  
ao comerciante, na hora de concluir a venda.

**Respostas imediatas. Cadastro atualizado e abrangente.**

Você consulta o Vídeo-Cheque através do computador ou do telefone.

Em poucos segundos vem a informação se o emitente está registrado  
ou não na listagem de cheques sem provisão de fundos  
ou de cheques extraviados (furtados, roubados ou perdidos).

O cadastro do Vídeo-Cheque é constantemente atualizado  
através: do Cadastro Nacional de Contas Encerradas, do Banco Central;  
da listagem de cheques roubados e extraviados  
de correntistas das agências de Maringá fornecida pelos bancos conveniados;  
além de informações dos próprios usuários do sistema.  
Tudo para garantir maior segurança a suas consultas.

**Não se arrisque.**

Consulte sempre o Vídeo-Cheque.  
Você não perde tempo. Nem dinheiro.

Mais um serviço da

**ACIM**

---